

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS '08





BANCO INVEST

GRUPO ALVES RIBEIRO



# Índice

1. Órgãos Sociais	3
2. Datas Relevantes	5
3. Relatório do Conselho de Administração	7
Enquadramento Macroeconómico	8
Economia Internacional	8
Economia Nacional	9
Mercados	9
Mercados Accionistas	9
Mercados Obrigacionista e Monetário	11
Mercado Cambial	12
Mercado de <i>Commodities</i>	12
Síntese da Actividade Desenvolvida	13
Indicadores Consolidados	13
Actividade Desenvolvida	15
Empresas	15
<i>Corporate Finance</i>	15
<i>Gestão de Risco</i>	15
<i>Crédito Especializado</i>	16
Particulares	17
<i>Private Banking</i>	17
<i>Gestão de Activos</i>	17
<i>Corretagem</i>	18
<i>Crédito Especializado</i>	18
Institucionais	18
<i>Corretagem</i>	18
<i>Produtos Estruturados</i>	18
<i>Gestão de Risco</i>	18
<i>Custódia</i>	19
Gestão de Riscos de Mercados – Carteira Própria	19
Controlo de Riscos	21
Resultados Apurados e sua Aplicação	24
Agradecimentos Devidos	25
4. Demonstrações Financeiras	27
5. Anexo às Demonstrações Financeiras	31
6. Certificação Legal das Contas	99
7. Relatório e Parecer do Fiscal Único	101





# 1. Órgãos Sociais

## Assembleia Geral

### Presidente

Francisco Xavier Ferreira da Silva

### Vice-Presidente

José Pais da Silva Alves Ribeiro

### Secretários

Teresa Penaguião Silva Alves Ribeiro Pereira de Sousa

Joana Rita da Silva Ribeiro Costa Morais Villas Boas

## Conselho de Administração

### Presidente

Afonso Ribeiro Pereira de Sousa

### Vice-Presidente

António Miguel Rendeiro Ramalho Branco Amaral

### Vogais

Manuel João de Matos Silva Alves Ribeiro

João Carlos Ribeiro Pereira de Sousa

José João Silva Ribeiro da Costa Morais

Luís Paulo Gonçalves dos Santos Tenente

Francisco Manuel Ribeiro

## Fiscal Único

### Efectivo

Deloitte & Associados, SROC S.A.

representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

### Suplente

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro





## 2. Datas Relevantes

Fevereiro – 97	Constituição do Banco, com um capital social de 20 milhões de Euros
Abril – 97	Início de actividade, em Lisboa e no Porto
Dezembro – 97	Os Activos do Banco atingem os 27 milhões de Euros
Fevereiro – 98	Constituição da Alrimo, gestora de fundos do Banco
Maio – 98	Constituição da Probolsa, corretora do Banco
Setembro – 98	A Probolsa assume o estatuto de Membro Negociador e Liquidador da BVLP
Novembro – 98	Inauguração da Loja de Corretagem de Lisboa
Dezembro - 98	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 48 milhões de Euros
Janeiro – 99	Aumento de Capital para 25 milhões de Euros
Abril – 99	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas (Portugal)
Junho – 99	Inauguração da Loja de Corretagem de Leiria
Dezembro – 99	Aumento de Capital para 35 milhões de Euros. Os Activos Consolidados do Banco atingem os 100 milhões de Euros
Agosto – 00	O Banco assume o estatuto de Membro Liquidador da BVLP
Outubro – 00	Aumento de Capital para 42,5 milhões de Euros
Dezembro – 00	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Acções Europa Os Activos Consolidados do Banco atingem os 150 milhões de Euros
Outubro – 01	Aumento de Capital para 47,5 milhões de Euros
Novembro – 01	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro FPR/E Lançamento do serviço de corretagem para mercados estrangeiros
Dezembro – 01	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 200 milhões de Euros
Janeiro – 02	O Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas é considerado o fundo de acções nacionais mais rentável em Portugal no ano 2001
Dezembro – 02	Inauguração da Loja de Corretagem do Porto
Setembro – 03	Lançamento do serviço de corretagem de derivados para mercados estrangeiros
Outubro – 03	O Banco obtem o estatuto de Global Clearing Member da Clearnet
Dezembro – 03	Titularização de 100 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco: Primeira operação de titularização de contratos de leasing imobiliário em Portugal Primeira intervenção do Fundo Europeu de Investimento numa emissão originada por um Banco português Primeira operação de securitização de contratos de crédito na Europa com garantia do Fundo Europeu de Investimento incluída na estruturação das obrigações emitidas
Janeiro – 04	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 300 milhões de Euros O Banco obtem o estatuto de Trading Member Firm do Euronext A actividade de corretagem desenvolvida pela Probolsa é integrada no Banco, através de uma operação de fusão por incorporação
Março – 04	O Fundo Alves Ribeiro FPR/E é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2003
Dezembro – 04	Titularização de 42 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco Os Activos Consolidados do Banco atingem os 350 milhões de Euros
Junho – 05	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 400 milhões de Euros
Outubro – 05	O Banco Alves Ribeiro passa a denominar-se Banco Invest
Outubro – 05	Lançamento do site Banco Invest
Dezembro – 05	Emissão de um empréstimo obrigacionista de 50 milhões de Euros “Banco Invest 08 – Euribor + 0,425%”
Dezembro – 05	Os Activos do Banco atingem os 450 milhões de Euros
Julho – 06	Lançamento da actividade de Crédito no escritório de Leiria
Outubro – 06	Desenvolvimento e implementação de um modelo de cálculo de probabilidade de default e perda esperada para a actividade de concessão de crédito
Dezembro – 06	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 545 milhões de Euros
Janeiro – 07	O Fundo Alves Ribeiro PPR é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2006
Julho – 07	Inauguração do escritório de Aveiro
Novembro – 07	Inauguração do escritório de Braga
Dezembro – 07	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 630 milhões de Euros
Março – 08	Lançamento de um Programa de titularização de contratos da Carteira de Crédito do Banco, sob a modalidade de <i>conduit</i> , até ao montante de 125 milhões de Euros

## 3. Relatório do Conselho de Administração



### **Enquadramento Macroeconómico**

Economia Internacional

Economia Nacional

### **Mercados**

Mercados Accionistas

Mercados Obrigacionista e Monetário

Mercado Cambial

Mercado de Commodities

### **Síntese da Actividade Desenvolvida**

Indicadores Consolidados

Actividade Desenvolvida

Empresas

Corporate Finance

Gestão de Risco

Crédito Especializado

Particulares

Private Banking

Gestão de Activos

Corretagem

Crédito Especializado

Institucionais

Corretagem

Produtos Estruturados

Gestão de Risco

Custódia

Gestão de Riscos de Mercados – Carteira Própria

Controlo de Riscos

### **Resultados Apurados e sua Aplicação**

### **Agradecimentos Devidos**





## 3. Relatório do Conselho de Administração

### Enquadramento Macroeconómico

#### **Economia Internacional**

A crise financeira iniciada no Verão de 2007 veio a revelar-se significativamente mais ampla e profunda do que inicialmente esperado, evoluindo ao longo de 2008 para a mais grave crise económica internacional do pós-guerra. O último trimestre de 2008 revelou-se particularmente violento para os investidores e os mercados financeiros internacionais, em consequência do súbito desaparecimento de importantes instituições financeiras, sobretudo nos Estados Unidos da América, mas também na Europa.

A falência do Lehman Brothers constituiu um ponto de viragem e agravamento substancial na crise financeira vivida até então, levando a uma fuga generalizada dos investidores dos activos de maior risco e exacerbando a falta de liquidez nos mercados financeiros internacionais.

A crise financeira revelou-se assim uma crise económica global, impondo restrições ao crédito em quase todas as actividades e geografias, com graves repercussões no comércio e crescimento económico mundial.

Apesar das massivas injeções de liquidez e a aprovação de pacotes fiscais agressivos por parte das autoridades monetárias e governos das principais economias mundiais, o cenário económico permanece extremamente incerto, quanto à extensão e duração da crise. Após quatro anos consecutivos de crescimento global na ordem dos 5% anuais, em larga medida atribuídos aos países emergentes e em desenvolvimento, é estimado um crescimento para a economia mundial de 3.2% e -1.0% em 2008 e 2009, respectivamente.

#### **ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA**

No epicentro da crise financeira global esteve a correcção do mercado imobiliário norte-americano, cuja quebra após vários anos de subida contínua veio a revelar-se fatal para muitas instituições financeiras, sobretudo a partir do terceiro trimestre de 2008. Até então, o crescimento vinha a revelar-se melhor do que o esperado, considerando a situação do mercado imobiliário, com variações homólogas de 0.9% e 2.8%

no primeiro e segundo trimestres, respectivamente. A depreciação do dólar e o arrefecimento da procura interna favoreceram o saldo do comércio externo neste período. Após o Verão, no entanto, a conjuntura alterou-se rapidamente, com a confiança dos consumidores e empresários a cair significativamente, reflectindo a desalavancagem da economia, o desaparecimento de importantes e históricas instituições financeiras, e a escalada do desemprego.

Segundo as últimas previsões da OCDE, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá ter crescido 1,1% em 2008 e contrair perto de 4% em 2009, invertendo-se esta tendência apenas no início de 2010. O consumo privado deverá permanecer deprimido durante os próximos anos, em consequência, por um lado, das quebras no rendimento das famílias (a taxa de desemprego deverá subir de 5,8% em 2008 para 9,1% em 2009, e as perdas de riqueza nos mercados de capitais e imobiliário foram significativas) e por outro, de alguma subida na taxa de poupança.

O consumo público será limitado pela subida abrupta do défice público, que poderá ascender a 10,2% do PIB, em 2010, em consequência dos vários pacotes de estímulo entretanto aprovados.

#### **ZONA EURO**

Também o crescimento económico na Zona Euro se deteriorou mais rapidamente que o inicialmente esperado. De facto, a contracção económica iniciou-se logo no segundo trimestre (-0.2%, relativamente ao trimestre homólogo de 2007), liderada pelos crescimentos negativos da Alemanha e Itália. A diminuição do investimento e das exportações, devido à apreciação do euro, bem como o fraco consumo privado, pressionado pela subida dos preços das matérias-primas, foram as principais causas para esta redução da actividade económica, ainda no primeiro semestre, ao contrário do que acontecia nos Estados Unidos. A partir de Setembro, a situação agravou-se, arrastada pela crise financeira, forçando os governos a agir concertadamente, garantindo os depósitos bancários e a concessão de crédito, e assim prevenir o colapso do sistema bancário.

A Zona Euro enfrenta assim uma profunda recessão, que se deverá prolongar por todo o ano de 2009,



com os primeiros e ténues sinais de crescimento apenas previstos para 2010, de acordo com a OCDE. Estes factores, a par com a queda, entretanto verificada, no preço das matérias-primas e a subida do desemprego – que deverá atingir os 10.1%, em 2009 -, reduzirão a taxa de inflação para 1,3% em 2009 e 0,6% em 2010.

Globalmente, o PIB da Zona Euro deverá contrair 4.1% em 2009 e 0,3% em 2010.

### Economia Nacional

Em linha com o cenário internacional, também em Portugal a actividade económica desacelerou significativamente em 2008, estimando o Banco de Portugal que o PIB tenha estagnado (variação de 0%), face a um crescimento de 1,9% em 2007. O investimento sofreu uma diminuição abrupta (-1.7%, versus 3.2% em 2007), sobretudo ao nível da construção. Também as exportações, um dos principais motores do crescimento nos anos anteriores, deixaram de contribuir positivamente, tendo mesmo o crescimento das exportações líquidas sido negativo (-1%) em 2008. Contudo, o défice comercial deverá melhorar já em 2009, ajudado pelos menores preços das matérias-primas, sobretudo do petróleo. A taxa de desemprego, que registou uma ligeira melhoria em 2008, deverá permanecer em torno dos 9% em 2009 e 2010, contribuindo, a par com outros factores, para a diminuição da taxa de inflação, no mesmo período. O défice orçamental atingiu os 2,6% em 2009, face aos 2,2% previstos e deverá voltar a subir em 2009 (acomodando uma série de medidas de combate à crise e apoio social) para valores superiores a 3% nos próximos dois anos.

### Mercados

O ano de 2008, e em particular o último trimestre, ficará certamente na mente dos investidores com um dos mais difíceis da história. O alastramento da crise de crédito e o colapso de instituições financeiras de referência provocaram ondas de choque que se propagaram pelos vários segmentos dos mercados financeiros. Os mercados accionistas registaram o pior desempenho de várias décadas, os *spreads* de crédito e a volatilidade das acções atingiram níveis extremos, e os mercados monetários praticamente congelaram, apesar da rápida intervenção dos bancos centrais e dos governos. Outras classes de activos, como o imobiliário e as matérias-primas, sofreram igualmente elevadas desvalorizações.

### Indicadores Económicos

	2007	2008	2009	2010	Fonte
<b>Varição PIB</b>					
EUA	2,0%	1,1%	-4,0%	0,0%	OCDE
Japão	2,4%	-0,6%	-6,6%	-0,5%	OCDE
Zona Euro	2,6%	0,7%	-4,1%	-0,3%	OCDE
Portugal	1,9%	0,0%	-3,5%		B Port.
<b>Taxa de desemprego</b>					
EUA	4,6%	5,8%	9,1%	10,3%	OCDE
Japão	3,9%	4,0%	4,9%	5,6%	OCDE
Zona Euro	7,4%	7,5%	10,1%	11,7%	OCDE
Portugal	8,0%	7,6%	8,5%	8,8%	OCDE
<b>Investimento</b>					
EUA	-2,0%	-3,4%	-14,3%	-3,3%	OCDE
Japão	1,1%	-4,6%	-10,5%	-1,9%	OCDE
Zona Euro	4,3%	0,0%	-9,0%	-2,1%	OCDE
Portugal	3,1%	-1,7%	-14,4%		B Port.
<b>Inflação (CPI)</b>					
EUA	3,0%	3,8%	-0,4%	0,5%	OCDE
Japão	0,1%	1,4%	-1,2%	-1,3%	OCDE
Zona Euro	2,1%	3,3%	0,6%	0,7%	OCDE
Portugal	2,4%	2,7%	-0,2%		B Port.
<b>Consumo Privado</b>					
EUA	2,8%	0,2%	-2,4%	0,1%	OCDE
Japão	0,7%	0,5%	-1,4%	-0,5%	OCDE
Zona Euro	1,6%	0,4%	-1,3%	-0,1%	OCDE
Portugal	1,6%	1,7%	-0,9%		B Port.

### Mercados Accionistas

Após um dos piores inícios de ano desde há vários anos, os mercados accionistas precipitaram-se para o pior desempenho desde há várias décadas. Nos Estados Unidos, o índice S&P-500 registou a maior queda desde os anos 30, e o índice Nasdaq Composite perdeu 41%, o pior ano desde a sua criação. Desde os máximos de Outubro de 2007, os índices norte-americanos perderam mais de 50%, anulando os ganhos registados desde 2003. Após um primeiro sobressalto no primeiro trimestre com o salvamento do Bear Sterns, a falência do banco de investimento Lehman Brothers, em meados de Setembro, desencadeou o pânico nos mercados e quase pôs em risco todo o sistema financeiro

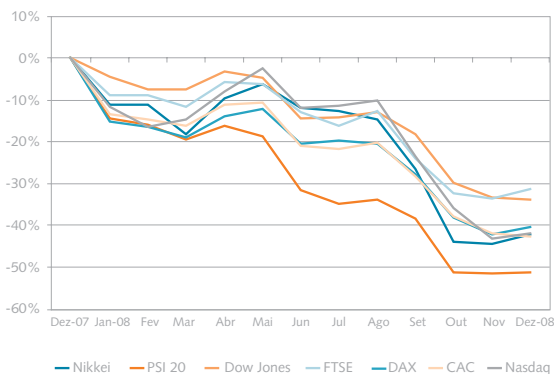


mundial. Com efeito, as autoridades, pressionadas pela opinião pública após as nacionalizações da Fannie Mae e Freddie Mac, falharam em antecipar o enorme impacto sistémico que esta falência viria a ter na confiança das respectivas contrapartes e investidores em geral. Como reflexo, a volatilidade dos mercados subiu dramaticamente, com o índice VIX, por duas vezes, a atingir os 80 pontos, valor mais alto desde a sua criação em 1993.

Na Europa o cenário foi semelhante. Os mercados, arrastados pelos bancos, foram igualmente atingidos pela falta de confiança e liquidez nos mercados monetários, sendo salvos apenas devido à rápida intervenção dos respectivos governos. Vários pacotes de medidas foram prontamente implementados no sentido de suportar a confiança dos depositantes e apoiar as empresas e particulares no acesso ao crédito. A par com a aversão ao risco e venda forçada, devido à necessidade de liquidez, os resultados das empresas foram rapidamente revistos em forte baixa, descontando um cenário de recessão na maioria dos países europeus. No conjunto do ano, os índices FTSE-100 e EuroStoxx-50 perderam 31% e 44%, respectivamente.

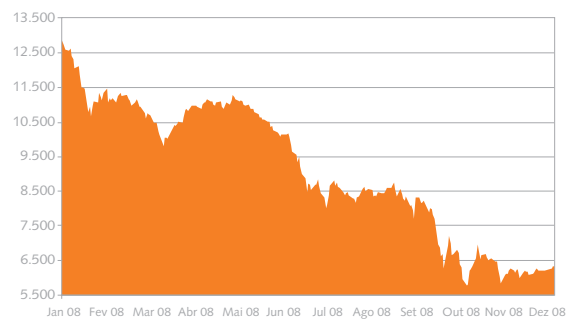
Os mercados emergentes, que no início do ano beneficiavam da teoria do *decoupling* (capacidade de manter as taxas de crescimento económico e de resultados das empresas, apesar do esperado abrandamento das economias mais desenvolvidas), acabaram por sofrer elevadas perdas, com a aversão ao risco e a queda das *commodities*, motor de crescimento de muitas destas economias, a pesarem na fuga dos investidores. Mercados importantes como o chinês e o russo caíram mais de 60%. O índice global MSCI Emerging Markets terminou o ano com uma queda de 53%, em USD.

### Evolução dos Principais Índices Bolsistas



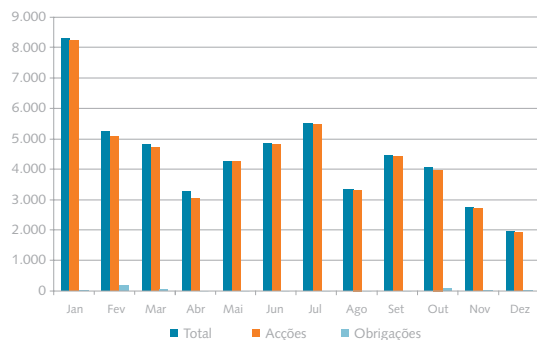
O mercado nacional, medido pelo índice PSI-20, registou em 2008 uma desvalorização de cerca de 51%, a pior deste índice desde a sua criação. Os grandes perdedores foram o grupo Sonae (perdas superiores a 70% nas três empresas cotadas), a Teixeira Duarte (-71%) e o sector bancário – BCP (-69%), BPI (-66%) e BES (-55%). Também a Galp corrigiu fortemente os ganhos obtidos em 2007, perdendo 61% da sua capitalização bolsista. Destaque ainda para a estreia em bolsa da EDP Renováveis, em Junho, e que, fruto da conjuntura, não evitou perder 38% face ao valor de admissão.

### Evolução do Índice PSI-20



Em 2008, o volume de transacções realizadas em sessões normais de bolsa diminuiu 43.6%, em larga medida devido ao decréscimo do volume realizado no segmento accionista (-44.5%). Com efeito, apesar do significativo aumento das transacções em Obrigações (556.7%), o reduzido peso deste segmento não impediu a queda global. Em termos globais, o volume transaccionado em sessões normais de bolsa totalizou os 56.116 milhões de euros.

### Evolução do Volume de Transacções da Euronext Lisboa



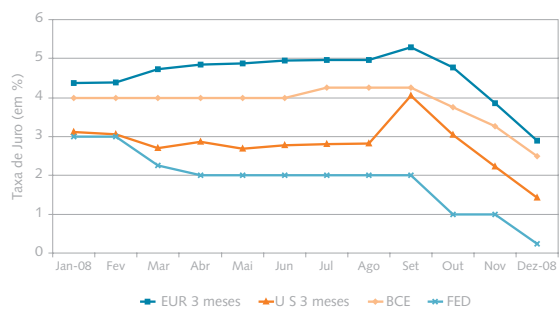
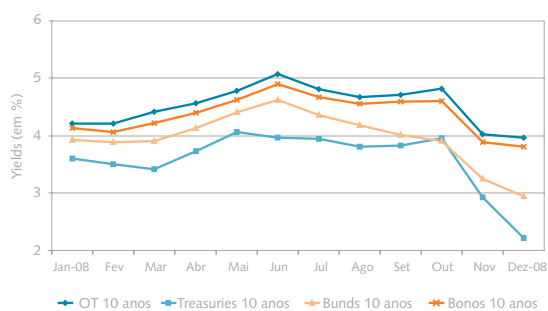


## Mercados Obrigacionista e Monetário

Os mercados obrigacionistas foram, ao longo do ano, dominados pelos mesmos temas que os accionistas. À medida que aversão ao risco foi aumentando, os investidores fugiram de tudo o que o tivesse risco de crédito e refugiaram-se em dívida pública. Este movimento, conjugado com a sucessiva revisão em baixa das estimativas de crescimento, provocou uma descida acentuada nas *yields*, sobretudo nos Estados Unidos. Em reacção à rápida deterioração dos principais indicadores de actividade económica e visando injectar liquidez no sistema, a FED baixou por cinco ocasiões a taxa directora, dos 4,25% para os 0,25%. As *yields* dos *Treasuries* acompanharam este movimento, tendo terminado o ano nos 2,21% a 10 anos.

Na Zona Euro, a percepção de que a crise financeira era um problema norte-americano e a subida do preço das *commodities*, em particular do petróleo, até meados do ano, levou o BCE, a subir as taxas de juro, para os 4,25%, em Julho. Após o Verão, sob a ameaça de colapso do sistema bancário, o BCE finalmente reagiu, descendo a taxa central por três vezes, para os 2,5%. A redução da actividade, a escalada do desemprego e a pressão política no sentido de o Banco atender ao crescimento económico, alargando, assim, o seu mandato, foram outros dos factores que conduziram a esta inversão de política. Tal como nos Estados Unidos, as obrigações soberanas serviram de refúgio à turbulência dos mercados, tendo as *yields* a 10 anos encerrado o ano nos 2,95%.

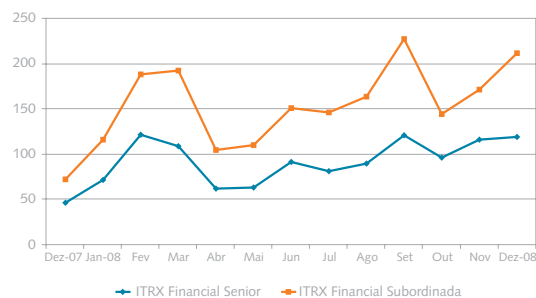
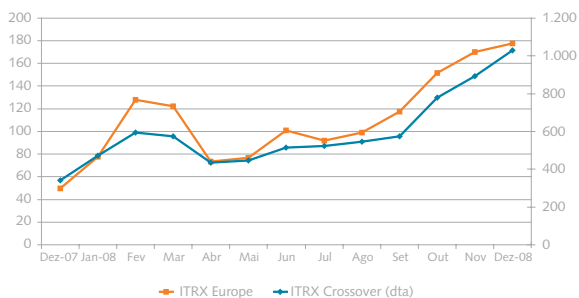
### Evolução das Taxas de Juro de LP e CP



No epicentro da presente crise financeira, tal como referido, estiveram problemas relacionados com o mercado de crédito. As perdas relacionadas com o imobiliário e derivados de crédito atingiram níveis impensáveis, assentes no endividamento e especulação excessivos, sobretudo, dos bancos e *hedge funds*. O processo inverso de desalavancagem, despoletado com

a falência do Lehman Brothers em Setembro, foi particularmente violento, tornando o mercado de crédito virtualmente inexistente. A desconfiança entre bancos instalou-se, paralisando os mercados monetários e os spreads de crédito atingiram níveis não observados desde os anos 30.

### Evolução dos spreads de crédito na Europa



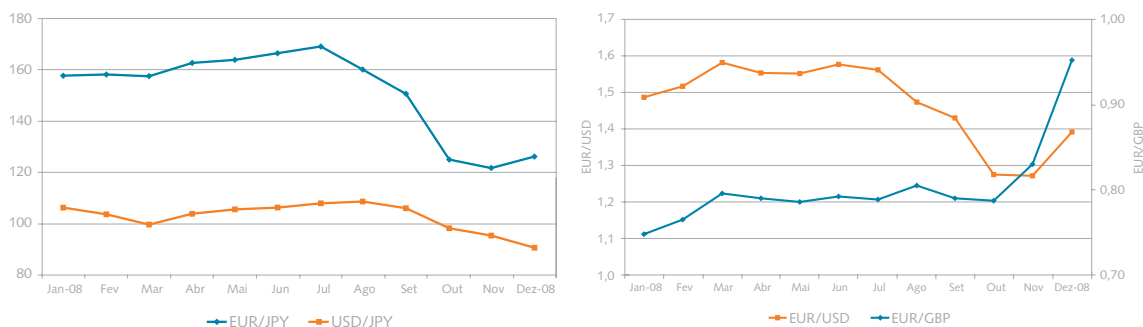


## Mercado Cambial

A volatilidade foi igualmente a nota dominante nos mercados cambiais. Após ter depreciado até aos 1,60 contra o euro, num movimento em larga medida correlacionado com a subida do preço do petróleo, o dólar apreciou para 1,25, beneficiando do estatuto de

moeda refúgio, em períodos de forte aversão ao risco. Em Dezembro, tanto o dólar como a libra sofreram fortes depreciações face ao euro, incorporando os fortes cortes de taxas de juro realizados pela FED e Banco de Inglaterra, respectivamente. No total do ano, o euro depreciou 5,5% e 23,5% contra o dólar e iene, respectivamente, e apreciou 29,9% contra a libra.

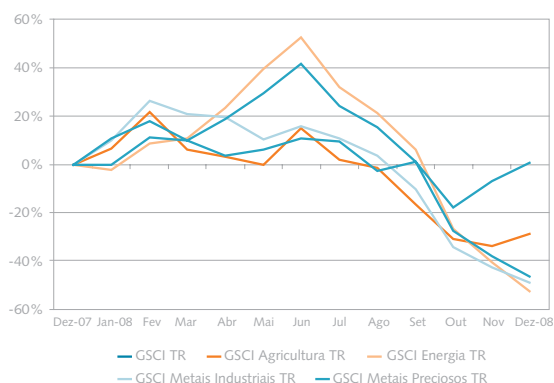
### Evolução das Taxas de Câmbio



## Mercado de Commodities

Após terem registado valores máximos em meados do ano, a generalidade das matérias-primas sofreu uma forte correcção, com excepção dos metais preciosos, suportados pelo preço do ouro. A diminuição da procura, face ao abrupto abrandamento económico global, e a redução da exposição ao risco e necessidade de desalavancagem de muitos investidores, originaram esta inversão no segundo semestre. Destaque para o preço do barril de petróleo que, após ter atingido os 147 USD, encerrou o ano nos 45 USD.

### Evolução das Matérias-Primas



## Síntese da Actividade Desenvolvida



Indicadores Consolidados (Euros)	2005	2006	2007	2008
Margem Financeira	7.169.753	7.976.774	10.219.530	11.496.363
Resultados de Operações Financeiras	2.248.338	2.338.597	-5.108.166	-25.145.347
Comissões Líquidas	1.950.384	2.077.264	3.794.887	1.471.668
Outros Resultados de Exploração	78.831	33.661	-97.927	-41.688
<b>Produto Bancário</b>	<b>11.447.306</b>	<b>12.426.296</b>	<b>8.808.324</b>	<b>-12.219.004</b>
Custos com Pessoal	-3.068.527	-3.324.833	-3.404.588	-4.253.685
Outros Gastos Administrativos	-2.012.137	-1.897.778	-2.357.505	-2.751.871
<b>Custos de Estrutura</b>	<b>-5.080.664</b>	<b>-5.222.611</b>	<b>-5.762.093</b>	<b>-7.005.556</b>
Amortizações	-312.677	-319.777	-409.885	-444.257
Provisões e Imparidades Líquidas	-1.727.881	-876.393	1.070.084	-11.182.520
<b>Resultados Líquidos</b>	<b>3.033.379</b>	<b>4.452.187</b>	<b>2.683.378</b>	<b>-23.310.679</b>
Crédito Concedido Líquido	191.618.665	225.735.550	249.931.642	266.939.446
Recursos Captados	383.188.803	471.447.839	557.920.541	511.523.836
<b>Capitais Próprios</b>	<b>57.543.278</b>	<b>62.476.598</b>	<b>61.558.953</b>	<b>42.533.285</b>
<b>Activo Líquido</b>	<b>453.887.208</b>	<b>548.900.555</b>	<b>630.419.088</b>	<b>575.427.506</b>



Em 2008, grande parte do mundo industrializado entrou em recessão. Os efeitos da crise foram de tal modo vastos que são hoje comparados à grande depressão de 1930.

Na origem da crise estiveram práticas de concessão de crédito pouco rigorosas e prudentes, que contribuíram para um crescimento significativo do nível de endividamento de diferentes agentes económicos. O endividamento fácil e excessivo provocou uma subida generalizada dos preços do imobiliário.

A falta de regulação contribuiu para a criação de um modelo de distribuição de crédito inadequado, que levou muitos investidores a ficarem expostos a riscos que desconheciam, adquiridos com base em análises de risco efectuadas por terceiros.

As perdas registadas nos EUA, no final de 2007, nos empréstimos designados “sub-prime” – créditos de baixa qualidade concedidos para a aquisição de habitação – geraram uma crise de confiança que rapidamente se alastrou a outros créditos e a outras classes de activos. Com o aumento substancial das perdas acabou por gerar-se, já em 2008, o pânico nos mercados interbancários, que culminou com o colapso de grandes bancos comerciais e de investimento, tanto na Europa como nos Estados Unidos.

Este enquadramento extraordinariamente negativo condicionou naturalmente os resultados obtidos pelo Banco Invest no exercício de 2008, essencialmente por via das perdas registadas na sua carteira de obrigações. Estas perdas ficaram a dever-se à desvalorização generalizada dos títulos, na sequência do aumento muito significativo dos prémios de risco de mercado.

Desde a constituição do Banco, e ao longo dos últimos dez anos, o Conselho de Administração tem entendido gerir o balanço do Banco com uma margem de segurança assinalável, definindo políticas prudentes na gestão dos seus activos e passivos, assegurando assim uma estrutura financeira sólida. A dimensão desta crise veio confirmar que este entendimento estava correcto.

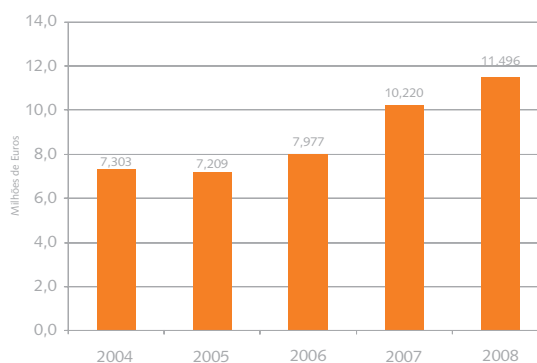
De facto, o Banco apresenta uma mitigação assinalável dos riscos que esta crise mais estruturalmente amplificou – os riscos de crédito e de liquidez – uma vez que já tinha titularizado, até Março de 2008, a quase totalidade da sua carteira de crédito de longo prazo, assegurando assim o

financiamento da mesma e transferindo para terceiros parte significativa daqueles riscos. Por outro lado, o elevado nível de solvabilidade do Banco, e uma posição inicial de liquidez muito confortável, criaram condições para que o Banco lograsse responder com segurança à grande instabilidade que se viveu nos mercados financeiros, nomeadamente evitando a venda forçada da sua carteira de títulos, e mantendo por esta via a capacidade de recuperação de uma parte muito significativa das perdas registadas.

Neste contexto, a actividade do Banco Invest gerada no relacionamento com os seus Clientes, isto é, excluindo a actividade de gestão de carteira própria (*trading*), revelou uma grande estabilidade, atendendo à conjuntura económica que se viveu ao longo do ano de 2008. De facto, o Produto Bancário (sem a actividade de *trading*) registou uma diminuição de apenas 3,4%.

A margem financeira alcançou os 11,5 milhões de euros, apresentando um crescimento de 12,5%, que resultou essencialmente de três factores: o esforço do Banco em aumentar os *spreads* das operações activas, adaptando-se às novas condições de mercado; a resistência de uma parte importante dos custos de *funding* do Banco à subida de *spreads*; o crescimento da carteira de crédito.

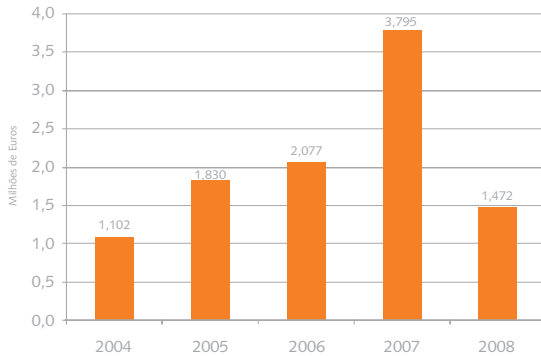
#### Evolução da Margem Financeira



As comissões líquidas caíram para 1,5 milhões de euros, com a natural redução de proveitos nas áreas de Corretagem e Gestão de Activos. Nesta área, verificou-se uma retracção nas decisões de investimento em produtos com risco de mercado associado (acções e fundos de investimento) por contrapartida de um aumento da procura em instrumentos de poupança mais conservadores, como os depósitos a prazo.



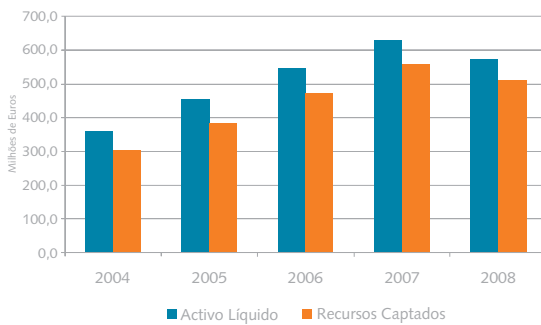
### Evolução das Comissões Líquidas



Os Resultados de Operações Financeiras (-25,1 milhões de euros) reflectem essencialmente a depreciação da carteira de obrigações do Banco, não obstante o seu elevado nível de *rating* (*rating* médio A+).

O Activo do Banco registou uma ligeira diminuição, para 575 milhões de euros. Relativamente aos recursos captados, merecem destaque o crescimento dos depósitos de Clientes, o incremento do *funding* obtido por via da titularização de créditos, e por último, a substituição de operações de reporte junto de outras instituições de crédito por operações de reporte junto do Banco Central Europeu.

### Activo Líquido e Recursos Captados



Com objectivo de manter um nível de solvabilidade elevado, o Banco procedeu a um aumento de capital de 12 milhões de euros em Dezembro de 2008, através da emissão de acções preferenciais, totalmente subscritas pelos accionistas.

No termo do exercício, o rácio de solvabilidade do Banco, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, atingia os 12,8% reflectindo a solidez da estrutura financeira do Banco.

Finalmente, e considerando a actualidade deste tema, é importante referir que o Banco Invest nunca

constituiu, adquiriu ou geriu nenhuma sociedade *off-shore*, nem colaborou de qualquer forma na constituição, aquisição ou gestão de sociedades *off-shore*, quer relacionadas com a sua actividade, quer relacionadas com a actividade dos seus Clientes.

### Actividade Desenvolvida

#### EMPRESAS

A actividade do Banco Invest nesta área dirige-se sobretudo às pequenas e médias empresas nacionais, através da oferta de soluções específicas, não padronizadas, que possam acrescentar mais valor para o Cliente.

Constituindo equipas multidisciplinares que conjugam know-how oriundo de diversas áreas – de mercado de capitais, jurídica, de corporate finance, e de trading – o Banco consegue reunir um conjunto de valências que permitem construir soluções tecnicamente sólidas, e dirigidas às necessidades de cada Cliente.

A integração no Grupo Alves Ribeiro, grupo com cerca de 80 anos de experiência no mercado nacional, proporciona ao Banco uma visão aprofundada do tecido económico português e o acesso a um conjunto de interlocutores de relevo, que podem acrescentar valor em determinadas operações, nomeadamente na área de Corporate Finance.

#### Corporate Finance

A área de Corporate Finance do Banco Invest está centrada na prestação de serviços no domínio das fusões, aquisições e avaliações.

No ano de 2008, merece destaque a participação do Banco Invest no consórcio de Advisers Financeiros ao agrupamento Altavia, candidato às 5 PPP's para a construção, exploração e manutenção das infra-estruturas da futura rede ferroviária de alta velocidade.

A actividade de assessoria junto das PME's nacionais sofreu um decréscimo, resultante do enquadramento macroeconómico nacional e internacional: muitas empresas adiaram decisões, e passaram a sentir maior dificuldade no acesso a financiamento.

#### Gestão de Risco

No final de 2008, o Banco Invest reforçou a área de estruturação com o início da comercialização de produtos de gestão de risco para Empresas. A experiência da equipa responsável por esta área, aliada à independência e flexibilidade que a gestão "in-house" destes produtos proporciona, garantem





a construção de soluções ajustadas às reais necessidades dos Clientes, em condições muito competitivas relativamente à concorrência.

Por outro lado, a dramática subida da volatilidade dos mercados financeiros, ocorrida desde meados do ano passado, sublinhou a importância da gestão activa de risco, área onde o Banco se posiciona como parceiro dos seus Clientes.

Neste sentido, o Banco desenvolveu uma oferta de produtos que se estende da simples fixação de cotação aos produtos mais complexos, com opcionalidade e rendibilidade condicional, sobre os seguintes activos subjacentes:

- Taxas de Juro
- Taxas de Câmbio
- Commodities, sobretudo petróleo e seus derivados, e metais industriais.

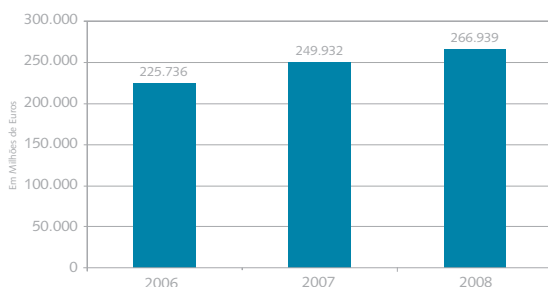
Nos primeiros meses de 2009, atendendo às condições de mercado – taxas de juro em mínimos históricos e cotação do barril de petróleo em baixa – o crescimento do valor nominal dos negócios realizados foi significativo, confirmando a oportunidade e o potencial desta área de negócio.

#### Crédito Especializado

Consolidando uma estratégia delineada desde o início das suas operações, o Banco prosseguiu no ano de 2008, ainda que com natural quebra de ritmo no último trimestre, a sua actividade corrente de crédito, orientada para o mercado empresarial e profissional, visando, sobretudo, o apoio ao investimento imobiliário não habitacional.

Em termos líquidos, a carteira de Crédito sobre Clientes, não representada por valores mobiliários, aumentou de 249,932 milhões de Euros, em final de 2007, para 266,939 milhões de Euros no final de 2008.

#### Crédito líquido concedido a clientes não representado por valores mobiliários



Privilegiando a contratação através de instrumentos validados por intervenção notarial e, na sua maioria, sujeitos a registo de natureza predial, a carteira total de Crédito sobre Clientes, à data de 31 de Dezembro de 2008, apresentava a seguinte distribuição por tipo de contrato:

#### Crédito Vencendo não representado por Valores Mobiliários - Distribuição por produto

Tipo de Crédito	Montante	%
Habitação	4.312.012	2%
Mútuo	115.061.464	44%
Leasing Imobiliário	121.492.887	47%
Leasing Mobiliário	405.717	0%
Contas Correntes	14.316.558	6%
Outros empréstimos	3.003.456	1%
<b>Total</b>	<b>258.592.094</b>	<b>100%</b>

A exposição do Banco Invest ao risco de crédito, por via desta Carteira, encontra-se extremamente mitigada, uma vez que a quase totalidade dos contratos está suportada por garantias. No término do exercício, o crédito concedido com garantias reais ou equiparadas representava 96% do total da Carteira. Por outro lado, o montante do capital em dívida não ultrapassava os 58% do valor de mercado das garantias totais associadas (*loan-to-value*). Adicionalmente, o Banco dispõe ainda, na grande maioria das operações, de garantias pessoais dos respectivos devedores ou garantes.

## Carteira Total de Crédito Vincendo não representado por Valores Mobiliários



Tipo de Crédito	Capital em Dívida	Tipo de Garantia			
		Imobiliária	Outras Garantias	Penhor Financeiro	Garantias totais
Com Garantias					
Habitação	4.312.012	8.838.929	0	0	8.838.929
Mútuo	111.130.594	152.856.545	40.223.980	3.402.105	196.482.630
Leasing Imobiliário	121.492.887	211.585.124	0	1.653.159	213.238.283
Leasing Mobiliário	405.717	0	425.000	0	425.000
Contas Correntes	7.793.427	1.368.669	0	5.526.868	6.895.537
Outros empréstimos	3.003.456		489.398	3.152.278	3.641.676
<b>Sub-total</b>	<b>248.138.093</b>	<b>374.649.267</b>	<b>41.138.378</b>	<b>13.734.411</b>	<b>429.522.056</b>
Sem Garantias					
Mútuo	3.930.871	0	0	0	0
Contas Correntes	6.523.131	0	0	0	0
<b>Sub-total</b>	<b>10.454.001</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>258.592.094</b>	<b>374.649.267</b>	<b>41.138.378</b>	<b>13.734.411</b>	<b>429.522.056</b>

### PARTICULARES

Especializado nos serviços financeiros que estão para além do relacionamento bancário do dia-a-dia, o Banco Invest propõe aos seus Clientes Particulares um conjunto de soluções diversificadas, flexíveis e tecnicamente evoluídas, que a banca tradicional, com uma oferta necessariamente mais padronizada, não está vocacionada para oferecer.

#### Private Banking

Nesta área, os Clientes têm à sua disposição um conjunto de alternativas de investimento, e podem optar por diversas formas de relacionamento com o Banco, em função dos montantes, conhecimentos financeiros e disponibilidade de tempo para dedicar à gestão das suas poupanças.

Ao longo do exercício de 2008, e em especial no segundo semestre do ano, quando o grau de incerteza aumentou de forma muito significativa, o Banco fundamentou a sua linha de actuação com base no princípio da salvaguarda e preservação do património financeiro dos Clientes. Neste quadro, verificou-se uma aceitação generalizada das propostas de redução da exposição aos mercados accionistas, com claros benefícios para a base de Clientes. Privilegiou-se o investimento em produtos de tesouraria e, a partir do quarto trimestre, a introdução de uma componente de obrigações "Corporate".

### Gestão de Activos

O Banco oferece aos seus Clientes Particulares a possibilidade de investirem directamente num alargado leque de produtos, que abrange diferentes categorias de risco, liquidez e horizonte de investimento. A oferta disponibilizada inclui produtos estruturados e geridos pelo Banco, produtos transaccionados em bolsa e uma selecção dos melhores fundos de investimento, por classe de activo e sector, geridos por diversas casas internacionais de reconhecida competência e credibilidade.

Entre os produtos originados e geridos pelo Banco, vale a pena destacar:

- O produto estruturado **Invest Europa 130% Ser.3**, aplicação a dois anos com capital 100% garantido e remuneração igual a 130% da valorização do índice Eurostoxx-50. O produto venceu-se no início do ano, tendo a rentabilidade efectiva sido 22,1%;
- O produto estruturado **Invest Espanha 2008 Ser.1**, aplicação a dois anos e capital igualmente 100% garantido. A remuneração era indexada à evolução do Ibex-35, com uma participação de 50% da respectiva subida. O produto venceu-se no início do ano, tendo a rentabilidade efectiva do produto sido 16.9%;



- O produto estruturado **Invest USD Bull 12M Ser.5**, aplicação a um ano e capital 100% garantido e remuneração igual a 184% da depreciação do EUR/USD. A rentabilidade efectiva do produto foi de 9,9%.

Durante o ano de 2008, o Banco lançou 15 novos produtos estruturados, de capital total ou parcialmente garantido, e rendimento variável indexado a câmbios, acções ou taxas de juro. Por tipo de produto, merece ainda destaque o lançamento de novas estruturas, nomeadamente Worst-Offs (Invest Índices Mundiais) e Credit-Linked-Notes (Invest CLN Banca).

### **Corretagem**

Através da marca Probolsa, o Banco continua a oferecer aos seus Clientes o acesso às principais praças internacionais, quer no mercado a contado, quer no mercado a prazo. A rapidez de execução, o acesso directo aos operadores e o aconselhamento activo e personalizado constituem os principais factores críticos de sucesso deste serviço, essencialmente dirigido a investidores muito activos, com um elevado nível de exigência.

No exercício de 2008, o desempenho dos mercados de capitais foi francamente negativo. As principais bolsas mundiais caíram mais de 40%, com o índice PSI20 a cair 51,29%, e os volumes de transacção registaram quedas muito significativas. No Euronext Lisboa, o volume transaccionado diminuiu 43,6%, recuando de 99.546 milhões de euros para os 56.116 milhões de euros.

Consequentemente, os proveitos de corretagem do Banco Invest registaram uma diminuição face ao exercício de 2007. No entanto, salienta-se o crescimento do volume de corretagens no mercado americano a partir do 2º semestre, em resultado de um conjunto de facilidades adicionais – e diferenciadoras em Portugal – que o Banco passou a disponibilizar aos seus Clientes.

Por outro lado, e com o intuito de minimizar os efeitos de um enquadramento muito desfavorável, o Banco concentrou os seus esforços num acompanhamento ainda mais activo dos seus Clientes.

### **Crédito Especializado**

Aos seus Clientes de corretagem, o Banco Invest oferece um produto de financiamento para apoio à negociação de acções. Estruturado sob a forma de conta margem, o montante do crédito concedido está associado ao valor dos activos em carteira.

No segundo semestre, o Banco lançou um produto de financiamento a Clientes Particulares com garantia de metais preciosos.

### **INSTITUCIONAIS**

A vantagem competitiva do Banco Invest na prestação de serviços a Clientes institucionais assenta, por um lado, no elevado grau de especialização e na vasta experiência dos seus quadros, e por outro, na capacidade de estruturar soluções à medida das necessidades dos Clientes.

A estrutura organizacional do Banco, com poucos níveis hierárquicos e com uma administração muito participativa na gestão corrente do negócio, potencia decisões rápidas, muito valorizadas pelos Clientes, mesmo em operações mais complexas.

Nesta área, o Banco Invest oferece essencialmente serviços de corretagem, produtos estruturados, gestão de risco e custódia de fundos de investimento.

### **Corretagem**

Estruturado para responder a investidores muito activos, e com um grau de exigência elevado, o serviço de corretagem oferecido pelo Banco Invest tem vindo a ganhar quota de mercado junto dos Clientes Institucionais. Por outro lado, o peso do segmento institucional no volume de negócios do Banco nesta área tem vindo a crescer, tendo já uma importância considerável.

### **Produtos Estruturados**

O Banco tem vindo a alargar a oferta de produtos estruturados, tanto ao nível dos activos subjacentes como das estruturas disponibilizadas. Com efeito, o leque de subjacentes já inclui acções individuais, nacionais e estrangeiras, os índices de acções mais representativos do mercado, taxas de câmbio e taxas de juro, bem como commodities e risco de crédito. Por outro lado, relativamente às estruturas, o Banco proporciona aos seus Clientes, sempre numa abordagem *taylor made*, a implementação de várias estratégias de investimento – nomeadamente a possibilidade de “vender o mercado” – retorno absoluto e alavancagem. Destaque ainda, para o desenvolvimento, durante 2008, de novos modelos internos para *pricing* de novas estruturas como, por exemplo, *worst-off* e *lookback*.

### **Gestão de Risco**

A exemplo do que acontece na área de Empresas, o Banco Invest oferece um conjunto de produtos de gestão de risco, formatados de acordo com as reais

necessidades dos seus Clientes Institucionais, sobre diversos activos subjacentes, nomeadamente taxas de juro e taxas de câmbio.

### Custódia

O Banco Invest actua como banco depositário de fundos imobiliários e de fundos mobiliários, entre os quais fundos de private equity, fundos de tesouraria e um fundo de titularização de créditos.

No âmbito da prestação de serviços de custódia de fundos imobiliários, o Banco Invest põe à disposição dos seus Clientes o profundo know-how imobiliário do Grupo Alves Ribeiro, nomeadamente na estruturação e montagem dos fundos, procurando oferecer a solução mais adequada em função das especificidades de cada operação.

No término do exercício, o Banco Invest era depositário de cerca de 400 milhões de euros de fundos de investimento.

### GESTÃO DE RISCOS DE MERCADOS – CARTEIRA PRÓPRIA

O Banco intervém de forma activa na gestão dos diversos riscos de mercado: acções, obrigações, investimentos alternativos, câmbios e respectivos derivados.

A gestão de riscos de mercado tem como objectivo essencial o aproveitamento das oportunidades que vão surgindo, quer nos mercados financeiros internacionais, quer no mercado doméstico. A Sala de Mercados não tem a obrigatoriedade de estar presente de forma contínua com posições no mercado.

O Comité de Investimentos do Banco, constituído por responsáveis das diferentes áreas envolvidas, define regularmente orientações globais sobre o posicionamento do Banco no plano interno e no plano internacional, cabendo depois à Sala de Mercados, dentro dos limites de risco definidos, a gestão da exposição do Banco a cada um dos mercados.

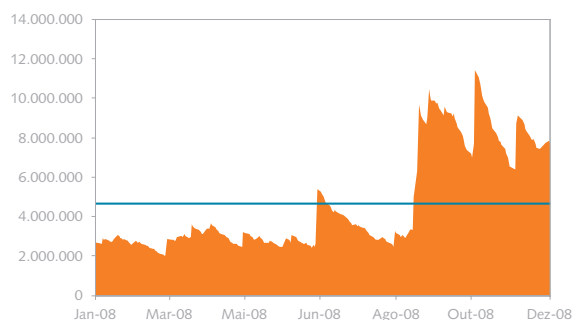
A definição dos limites de risco, globais e por *trader* ou estratégia, assenta em metodologias de *Value at Risk*, análise de risco de crédito – *rating*, *basis point value*, *stress tests* e limites de concentração por activo e por sector.

As várias estratégias de *trading* utilizadas, bem como a gestão dos limites de risco, têm em conta as correlações existentes entre as várias classes de activos e estilos de *trading*, de forma a reduzir a volatilidade do resultado global desta actividade. O

peso de cada estratégia na carteira global é gerido de forma dinâmica, em função das diferentes condições de mercado.



### VaR Total



No ano de 2008, o VaR médio mensal total da Sala de Mercados foi de 4.664.047 Euros.

### Gestão de Risco Acções

O Banco intervém no mercado de acções através da carteira de Investimento (carteira Disponível para Venda) e da carteira de *Trading*.

As aplicações efectuadas no âmbito da gestão da carteira de Investimento são definidas e aprovadas pelo Comité de Investimentos do Banco, depois de fundamentadas na conjugação de uma análise macroeconómica, global e por região, com uma análise fundamental dos sectores e das empresas. Além de uma bateria de indicadores macroeconómicos e sectoriais, são seguidos modelos de avaliação de acções e de comparação entre retorno esperado de acções e obrigações.

As estratégias, os limites de risco e o orçamento da carteira de *Trading* são aprovados antes do início do ano pelo Comité de Investimentos do Banco, podendo o gestor intervir no mercado, ao longo do ano, dentro dos parâmetros estabelecidos.

Em termos de títulos, o objectivo é ter uma carteira longa, podendo esta, em ocasiões menos favoráveis, não existir. Em termos de futuros, o Banco pode ter posições longas ou curtas, de acordo com as expectativas de evolução do mercado.

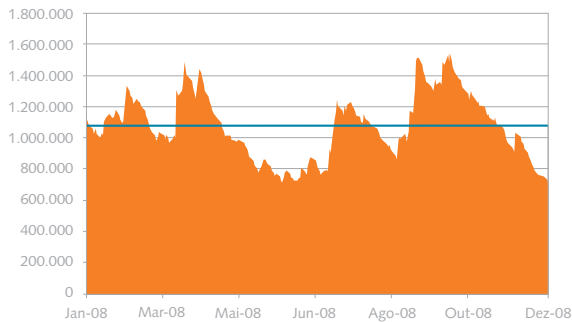
Podem ser utilizadas diversas estratégias, entre as quais se destacam a Análise Técnica e o *Systematic Trading* – utilização de modelos sistemáticos para a identificação de oportunidades de *trading* – bem como a identificação de padrões de comportamento recorrente, assim como de indicadores que



determinem movimentos significativos de mercado.

Durante o ano de 2008, em função do comportamento anómalo do mercado accionista, mormente no sector financeiro, o banco decidiu suspender a actividade de trading e reduziu as posições da carteira de Investimento.

#### VaR Acções



Em 2008, o VaR médio mensal da carteira de acções do Banco foi de 1.081.407 Euros.

#### Gestão de Risco Taxa de Juro

Ao longo do ano de 2008 o Banco deteve uma carteira de obrigações de empresas com um valor que oscilou entre os 225 e os 250 milhões de Euros.

A exposição a obrigações pode ocorrer em diferentes carteiras contabilísticas do Banco, consoante o objectivo do investimento e o seu horizonte temporal:

- Carteira de negociação – composta por activos financeiros a transaccionar no curto prazo, ou que tenham produtos derivados embebidos;
- Carteira de disponíveis para venda – constituída por activos financeiros sem produtos derivados embebidos, adquiridos numa óptica de investimento de médio/longo prazo, mas que podem ser vendidos a qualquer momento em resultado da alteração das condições de mercado (taxas de juro, liquidez, margem);
- Carteira de activos detidos até à maturidade – composta por activos financeiros sem produtos derivados embebidos, com elevada notação de “rating” e que o Banco tem intenção de manter até ao reembolso. Requer aprovação prévia do Comité de Investimentos do Banco;
- Carteira de empréstimos – constituída por activos financeiros sem produtos derivados embebidos, e

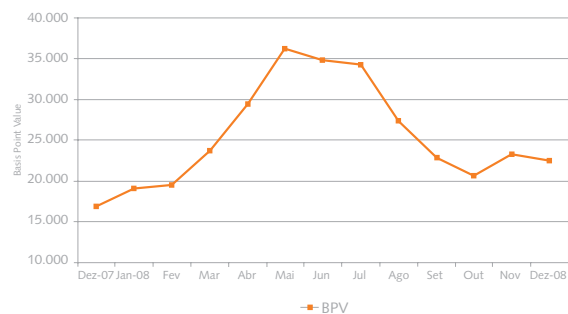
sem liquidez em mercados regulamentados. Requer aprovação prévia do Comité de Investimentos do Banco.

A gestão das carteiras de negociação e de disponíveis para venda é efectuada pela Sala de Mercados dentro dos limites estabelecidos pelo Comité de Investimentos do Banco relativamente aos riscos de crédito, de taxa de juro, de mercado e de liquidez.

Ao longo do primeiro semestre do exercício, o Banco foi aumentando a sua exposição ao risco de taxa de juro, aproveitando as elevadas taxas de médio e longo prazo que se registaram nesse período.

No segundo semestre, com a descida das taxas de médio e longo prazo, o Banco foi reduzindo gradualmente o seu nível de risco, encerrando o ano com uma exposição ligeiramente superior à verificada em Dezembro de 2007, uma vez que se espera que as taxas de juro continuem a descer ao longo do exercício de 2009.

#### Evolução do Risco Taxa de Juro 2008



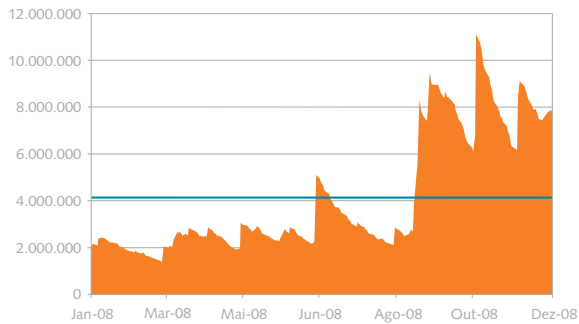
No término do exercício, a carteira de obrigações do Banco apresentava um *rating* médio A:

Rating	% da Carteira	% Acumulada
AAA	16.9%	16.9%
AA	24.5%	41.4%
A	36.5%	77.9%
BBB	21.3%	99.2%
BB	0.7%	99.9%
B	0.1%	100.0%

No segundo semestre do exercício, a volatilidade da carteira de obrigações – não obstante o seu elevado nível de *rating* – registou uma subida acentuada.



### VaR Obrigações



No ano de 2008, o VaR médio mensal da carteira de obrigações do Banco foi de 4.142.854 Euros.

#### Gestão de Risco Retorno Absoluto

No exercício em análise, utilizaram-se essencialmente as seguintes estratégias:

- Posições de *Spread*, em que o Banco toma posições longas em determinados activos (acções, índices de acções, obrigações do tesouro) e posições curtas noutros activos da mesma classe e com risco semelhante;
- Posições de Arbitragem, em que o Banco procura investir em activos correlacionados e que temporariamente se encontram desalinhados;
- Posições *Event Driven*, que consistem na aquisição de activos com vista a beneficiar de movimentos de preços que ocorram na sequência de determinadas notícias ou acontecimentos numa empresa ou sector de actividade;
- Posições de *Trading* de Curto Prazo, que correspondem a posições tomadas com um horizonte temporal reduzido, com base em diversos indicadores de análise técnica;
- Carteira de *Hedge Funds*, gerida com base numa pré-selecção de gestores com reconhecida capacidade técnica e operacional, com um *track-record* mínimo de 3 anos, e com *reporting* considerado idóneo e completo, dentro de rigorosos limites de exposição por fundo e sociedade gestora;
- Carteira de Opções, onde se desenvolvem as seguintes actividades:
  - *trading* de volatilidade realizada, comprando e vendendo *straddles at-the-money*, sobre os principais índices de acções internacionais;

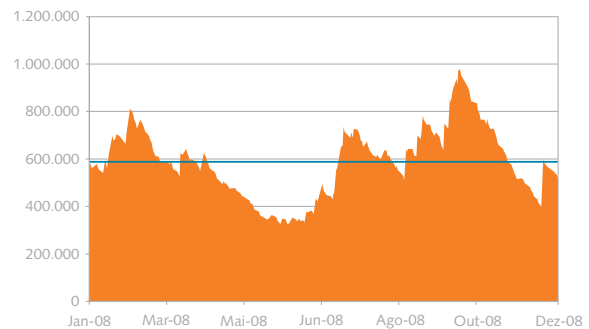
– *trading* de volatilidade implícita, comprando e vendendo *straddles at-the-money*, mas para vencimentos diferentes;

– cobertura de posições de *trading* do Banco;

– cobertura dos Produtos Estruturados geridos e comercializados pelo Banco junto dos seus Clientes.

Uma vez mais, também os eventos de 2008 conduziram a uma alteração significativa nesta área de negócio. Após Setembro de 2008, o Banco suspendeu a actividade de *trading* de opções e iniciou o desinvestimento nos produtos de retorno absoluto.

### Risco Retorno Absoluto



Em 2008, o VaR médio da carteira de Risco Retorno Absoluto foi de 589.191 Euros.

#### Gestão de Risco Cambial

A gestão cambial centra-se, essencialmente, na cobertura das posições em dólares. Em termos de exposição do Balanço do Banco, a actividade do Banco em moeda estrangeira continuou a ser muito reduzida.

### Controlo de Riscos

A precária situação do crédito imobiliário norte-americano desencadeou a crise profunda que marcou o ano de 2008 e que culminou no colapso de diversas instituições financeiras, atingindo o sector financeiro mundial. A crise de confiança generalizada que se seguiu acentuou as dificuldades de funcionamento dos mercados monetários e dos mercados de capitais.

Neste contexto, a adequada Gestão e Controlo de Riscos assume uma responsabilidade acrescida no desenvolvimento e sustentabilidade do negócio. A



gestão dos riscos no Banco Invest é assumida ao mais alto nível, sendo todos os limites de risco – de mercado, de crédito, de liquidez e operacional – definidos e aprovados em Conselho de Administração do Banco. Paralelamente, existem três órgãos funcionais – Comité de Investimentos, Direcção de Crédito e Direcção de Planeamento e Controlo – que se articulam de forma a controlar os processos de aprovação, procedimentos e circuitos de informação previamente definidos, garantindo o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

#### *Risco de Mercado*

A gestão e controlo do risco de mercado destina-se a avaliar e monitorizar a desvalorização potencial dos activos do Banco, e consequente perda de resultados, causada pela ocorrência de um movimento adverso nos valores de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de juro e / ou das taxas de câmbio.

As carteiras de *trading* do Banco estão segmentadas, não apenas por tipo de activo financeiro e horizonte de investimento, mas também por áreas de negócio e *trader*. Esta segmentação permite avaliar diariamente de forma clara, para além do resultado global da actividade de *trading* do Banco, os resultados por tipo de risco – acções, taxa de juro, retorno absoluto e câmbios – por horizonte de investimento, e por *trader*.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições quanto à sua composição, activos e níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para a exposição de crédito (concentração por sector de actividade, *rating*, país), como de mercado, como de liquidez.

A medida de risco de mercado utilizada é o *Value-at-Risk*, estimando para cada carteira, e com um intervalo de confiança de 99%, a perda potencial máxima diária proveniente de variações adversas nos activos subjacentes. O *Value-at-Risk* tem em conta não só a volatilidade dos activos financeiros, mas também a correlação entre eles, e a distribuição das taxas de rentabilidade de cada um, determinando-se diariamente o risco assumido por cada *trader*, por tipo de activo financeiro e pela carteira global do Banco.

Adicionalmente o Banco recorre ainda a duas técnicas de análise e avaliação do risco de mercado: a realização de *stress tests*, que consistem na simulação de cenários históricos adversos à carteira detida, de forma a medir o seu impacto nos resultados; e o cálculo do *Present Value of Basis*

*Point (PVBP)*, que consiste em determinar a perda potencial nos resultados do Banco originada por uma variação de um ponto base nas taxas de juro.

O risco global da actividade de *trading* é minorado através da utilização de estratégias de diversificação por classe de activos e por *traders* (*multi-strategy / multi-manager*), tendo em conta as correlações entre os vários mercados e classes de activos, e as diferentes visões dos gestores.

Os limites de VaR mensais, por estratégia e global, bem como os limites de concentração por mercado, por activo e por notação de *rating*, propostos pelo Comité de Investimentos e aprovados pelo Conselho de Administração, são diariamente monitorizados pela Direcção de Planeamento e Controlo. Também numa base diária, o Comité de Investimentos acompanha o *mark to market* de cada carteira, bem como a evolução do seu *Value-at-Risk*.

O Banco não tem exposição relevante ao risco cambial, dado que não possui activos denominados em divisas estrangeiras, não cobertos fora do âmbito do “Risco de Mercado”.

#### *Risco de Crédito*

O controlo do risco de crédito consiste na avaliação dos graus de incerteza e monitorização de eventuais perdas quanto à capacidade de um cliente/contraparte cumprir as suas obrigações contratuais. O risco de crédito assume na actividade bancária um carácter especial, não só pela sua materialidade mas também pela sua interligação com os outros riscos.

Considera-se que um crédito tem imparidade quando existe evidência objectiva, de um ou mais eventos de perda com impacto nos *cash flows* futuros, afectando assim a recuperabilidade do crédito.

Todas as operações que envolvem risco de crédito são analisadas e avaliadas individualmente pelo Departamento de Crédito, e submetidas a uma graduação de risco com base no Sistema de Notação de Risco desenvolvido internamente. Posteriormente as operações de crédito são submetidas à apreciação da Direcção de Crédito.

A aprovação de uma operação de crédito está sempre condicionada à capacidade de reembolso do cliente, uma vez que o Banco não concede crédito exclusivamente com base no valor da garantia prestada.



Na análise do valor e qualidade das garantias reais de natureza imobiliária, para além do *know-how* existente dentro do Grupo Alves Ribeiro, o Banco recorre, em todas as operações, a avaliadores independentes com reconhecida experiência, de forma a determinar o correcto valor de mercado do activo subjacente a cada operação.

São ainda efectuadas periodicamente análises à base de dados sobre incidentes registados com os clientes e aos avisos sobre alterações introduzidas nos relatórios de informação comercial. O Banco acompanha de forma regular o comportamento da carteira de crédito, actualizando a informação económico financeira e os conceitos comerciais para os créditos com maior exposição. Da mesma forma, são acompanhados de forma regular e sistemática os créditos vencidos.

A área de Gestão de Contratos de Crédito efectua *stress tests* às variáveis de risco de crédito consideradas relevantes e acompanha estatisticamente o nível de risco e de imparidade da carteira de crédito.

Apesar do incremento dos montantes de crédito vencido, reflexo de uma conjuntura macroeconómica extremamente adversa, a Carteira de Crédito do Banco Invest continua a apresentar bons indicadores de qualidade. No término do exercício, as imparidades de crédito representavam apenas 2,8% do total da carteira. Por outro lado, cerca de 91% do crédito vencido estava suportado por garantias imobiliárias, sendo que o valor total deste crédito não ultrapassava os 83% do valor de mercado das respectivas garantias (*loan-to-value*).

	2007	2008
Crédito a Clientes (Bruto) não representado por valores mobiliários 1	253.573.256	273.083.831
Crédito Vencido de Clientes a mais de 90 dias (Bruto)	9.366.483	13.147.309
Crédito Vencido de Clientes a mais de 90 dias (Bruto) / Crédito a Clientes (Bruto)	3,69%	4,81%
Crédito Vencido com Garantia Real / Crédito Vencido a mais de 90 dias	94,64%	91,49%
Imparidades de Crédito (Sem Imóveis Recuperados)	5.111.418	7.712.202
Imparidades de Crédito / Crédito a Clientes (Bruto)	2,02%	2,82%

O risco de crédito relativo ao investimento em títulos de dívida para a Carteira de *trading* do Banco, com notação de *rating* de pelo menos uma agência de *rating* internacional – *Standard & Poor's*, *Moody's* ou *Fitch Ratings* – é avaliado e aprovado pelo Comité de Investimentos do Banco.

#### Risco de Liquidez

O risco de liquidez reflecte o risco das reservas e disponibilidades de uma instituição não serem suficientes para honrar as suas obrigações num dado momento, ou seja, a possibilidade de desfasamento entre os fluxos de recebimento e de pagamento.

O controlo do risco de liquidez destina-se a avaliar e monitorizar a possibilidade da ocorrência de uma perda resultante da incapacidade do Banco, num determinado momento, financiar os seus activos de forma a satisfazer os seus compromissos financeiros nas datas previstas.

O risco de liquidez é avaliado com base nos mapas

de activos e passivos, que permitem monitorizar a evolução da tesouraria do Banco e determinar as necessidades de caixa ao longo de um período previsional de cinco anos.

Para financiar a sua actividade de curto prazo, e garantir uma gestão de liquidez com níveis de segurança adequados, o Banco tem linhas de mercado monetário interbancário e linhas de reporte de títulos negociadas com diversos bancos, nacionais e estrangeiros, para além da crescente captação de recursos de clientes.

Em Março de 2008, o Banco concluiu um programa de titularização de créditos hipotecários e leasing imobiliário, sob a modalidade *conduit*, até ao montante máximo de 125 milhões de euros e por um prazo de 6 anos. Decorrido este prazo, o Banco Invest tem a opção de recomprar os créditos ao seu valor nominal.

Ao abrigo deste programa, o Banco procedeu a uma primeira emissão, que originou um encaixe de 93 milhões de euros, cuja colocação se destinou a





investidores institucionais de *asset-backed commercial paper*. Mais tarde, durante o Verão de 2008, o Banco procedeu a uma nova emissão, encaixando 23 milhões de euros. Finalmente, já em Março de 2009, o Banco sacou mais 12 milhões de euros.

A operação assumiu algumas características inovadoras, designadamente o facto de o compromisso de funding do Banco ser variável (*conduit*) em função das suas necessidades e a inclusão de créditos de contratos de leasing.

Tendo em conta o momento particularmente difícil que se vivia nos mercados financeiros, o sucesso desta operação merece destaque, atendendo sobretudo ao facto de a primeira emissão ter sido colocada com um *spread (all-in)* que não ultrapassou os 50 *basis points* (0,5%). Por outro lado, e numa perspectiva estratégica, esta operação veio aumentar a presença do Banco Invest nos mercados internacionais de dívida, reforçando a sua capacidade de crescimento por via do acesso a um mercado mais eficiente e de muito maior dimensão.

No sentido de reforçar os seus níveis de liquidez, o Banco contratou, em Dezembro de 2008, uma *standby facility* com um prazo de três anos.

Por considerar que esta era uma alternativa de *funding* eficiente e competitiva, o Banco Invest emitiu, em Janeiro de 2009, um empréstimo obrigacionista de 25 milhões de euros a prazo de três anos, e contraiu um financiamento de 25 milhões de euros a prazo de um ano, ambos com aval pessoal do Estado Português.

Com a concretização destas operações, o Banco Invest passou a ter as suas necessidades de liquidez cobertas para o exercício de 2009. No médio/longo prazo, o Banco apresenta uma situação estrutural confortável, uma vez que os seus activos de maturidade mais longa – crédito a Clientes – estão financiados a longo prazo, por via das operações de securitização.

#### *Risco Operacional*

O risco operacional pode ser entendido como o risco de perdas resultantes de desajustamentos ou falhas de processos, de pessoas e/ou de sistemas de informação ou as decorrentes de eventos externos.

O controlo do risco operacional tem por objectivo evitar possíveis falhas nos sistemas de controlo

interno que possam dar origem à ocorrência de fraudes ou à realização de operações não autorizadas.

O Banco Invest adopta princípios e práticas para a mitigação da ocorrência de perdas a nível operacional, nomeadamente através da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, tais como:

- Código de conduta e Regulamento Interno do Banco;
- Segregação de funções;
- Controlos de acessos, físicos e lógicos;
- Actividades de reconciliação;
- Relatórios de excepção;
- Planeamento de contingências.

São intervenientes com especial relevância no controlo do risco operacional, o Conselho de Administração, o Departamento de Contabilidade e Controlo, a área de Compliance e o Departamento de Auditoria Interna.

Numa base diária, a Direcção de Planeamento e Controlo avalia as responsabilidades de cada área funcional para com as respectivas contrapartes, e confirma o cumprimento dos limites estabelecidos, e os níveis de autorização utilizados na aprovação das operações.

Regularmente, realizam-se auditorias internas com vista a avaliar os sistemas de controlo implementados, de forma a reduzir a probabilidade da ocorrência de erros no registo e contabilização das diversas operações.

Em resultado, têm sido identificadas oportunidades de melhoria e desenvolvidos planos de acção para a redução da exposição aos riscos inerentes à actividade, o reforço dos sistemas de controlo interno e o desenvolvimento de uma cultura de controlo.

#### **Resultados Apurados e sua Aplicação**

As contas do exercício a seguir apresentadas traduzem a actividade desenvolvida pelo Banco, dentro da orientação traçada, e a sua incidência na situação patrimonial e nos resultados apurados.

As Demonstrações Financeiras foram objecto de revisão por uma sociedade de auditoria externa, que



sobre elas emitiu o parecer sem reservas à frente apresentado, conjuntamente com as Notas às contas do exercício.

Os resultados líquidos consolidados atingiram os – 23.310.679 Euros. Os resultados líquidos individuais cifraram-se em – 23.128.070,83 Euros. Para eles se propõe a seguinte aplicação:

Resultados Transitados..... – 23.128.070,83 Euros

### **Agradecimentos Devidos**

O Conselho de Administração entende deixar registada uma palavra de apreço e agradecimento:

- A todos os Clientes, pela preferência e confiança demonstradas, que constituem o maior estímulo para enfrentar os desafios que se lhe deparam;
- Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela atenção dispensada ao Banco;
- À Mesa da Assembleia Geral, em especial ao seu Presidente, pela disponibilidade demonstrada no desempenho de tão importantes funções;
- Ao Fiscal Único, e em particular à Sociedade dos Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração e apoio à condução das actividades do Banco;
- Àqueles colaboradores que se entregaram, com sentido de responsabilidade e espírito de dedicação, à consecução dos objectivos delineados e ao respeito pelos valores éticos, humanos e empresariais internamente assumidos e partilhados.

Lisboa, 21 de Maio de 2009

O Conselho de Administração







## Balanços Consolidados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Euros)

	2008		2007		Notas	2008	2007	
	Activo Bruto	imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido				
<b>ACTIVO</b>								
Caixa e disponibilidade em Bancos Centrais	5	1.729.841	-	1.729.841	2.412.049	17	134.233.424	85.405.510
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	13.750.422	-	13.750.422	19.640.832	18	3.282.786	1.544.897
Activos financeiros detidos para negociação	7	12.934.264	-	12.934.264	111.975.882	19	98.927.879	245.136.185
Activos financeiros disponíveis para venda	8	81.720.886	(7.888.592)	73.832.294	151.087.996	20	91.998.714	95.988.555
Aplicações em instituições de crédito	9	-	-	-	66.913.612	21	183.081.033	131.390.291
Crédito a clientes	10	334.164.551	(7.732.452)	326.432.099	249.931.642	22	1.498.616	5.272
Investimentos detidos até à maturidade	11	115.700.262	-	115.700.262	10.126.188	15	184.241	822.474
Activos não correntes detidos para venda	12	7.985.565	(349.464)	7.636.101	4.868.001	15	295.374	386.144
Outros activos tangíveis	13	4.211.807	(2.500.496)	1.711.311	1.363.623	23	19.392.154	8.180.854
Activos intangíveis	14	902.090	(695.499)	206.591	243.303			
Activos por impostos correntes	15	1.239.886	-	1.239.886	-		<b>532.894.221</b>	<b>568.860.182</b>
Activos por impostos diferidos	15	10.820.376	-	10.820.376	928.493			
Outros activos	16	9.434.059	-	9.434.059	10.927.467			
						25	59.500.000	47.500.000
						26	(10.904.690)	(2.162.128)
						26	16.182.934	13.499.556
						26	(23.310.679)	2.683.378
						27	1.065.720	38.100
<b>Total do Activo</b>		<b>594.594.009</b>	<b>(19.166.503)</b>	<b>575.427.506</b>	<b>630.419.088</b>		<b>42.533.285</b>	<b>61.558.906</b>
							<b>575.427.506</b>	<b>630.419.088</b>

Total do Activo

O Anexo faz parte integrante destes balanços.

## Demonstrações dos resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Euro)



	Notas	2008	2007
Juros e rendimentos similares	28	46.328.196	36.321.113
Juros e encargos similares	29	(34.831.833)	(26.101.583)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>11.496.363</b>	<b>10.219.530</b>
Rendimentos de instrumentos de capital	30	5.255	557
Rendimentos de serviços e comissões	31	2.026.735	4.460.595
Encargos com serviços e comissões	32	(555.067)	(665.708)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	33	(23.629.152)	(5.174.958)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	34	(1.429.104)	557.224
Resultados de reavaliação cambial	35	(92.346)	(490.989)
Resultados de alienação de outros activos	36	–	18.500
Outros resultados de exploração	37	(41.688)	(116.428)
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>(12.219.004)</b>	<b>8.808.323</b>
Custos com pessoal	38	(4.253.685)	(3.404.588)
Gastos gerais administrativos	39	(2.751.871)	(2.357.505)
Amortizações do exercício	13 e 14	(444.257)	(409.885)
Provisões líquidas de reposição e anulações	22	(1.498.616)	198.608
Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações	22	(2.611.456)	642.069
Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações	22	(7.043.414)	225.374
Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações	22	(29.034)	4.034
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>(30.851.337)</b>	<b>3.706.430</b>
Impostos			
Correntes	15	(258.045)	(1.728.841)
Diferidos	15	7.798.703	705.789
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS</b>		<b>(23.310.679)</b>	<b>2.683.378</b>
Resultado atribuível a interesses minoritários		–	–
<b>RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(23.310.679)</b>	<b>2.683.378</b>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



## Demonstração das alterações no capital próprio consolidado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(Euro)

	Reservas de reavaliação				Outras reservas e resultados transitados						Interesses minoritários	Total	
	Capital	Reservas de justo valor	Impostos diferidos	Impostos correntes	Total	Reserva legal	Reserva livre	Reserva de fusão	Resultados transitados	Total			Resultado do exercício
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	47.500.000	1.957.745	(518.803)	-	1.438.942	643.569	4.886.373	574.221	2.943.206	9.047.369	4.452.187	38.100	62.476.598
Aplicação do lucro do exercício de 2006:													
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	302.851	2.725.651	-	1.423.685	4.452.187	(4.452.187)	-	-
Desvalorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	(4.889.891)	1.288.821	-	(3.601.070)	-	-	-	-	-	-	-	(3.601.070)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.683.378	-	2.683.378
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2007</b>	<b>47.500.000</b>	<b>(2.932.146)</b>	<b>770.018</b>	<b>-</b>	<b>(2.162.128)</b>	<b>946.420</b>	<b>7.612.024</b>	<b>574.221</b>	<b>4.366.891</b>	<b>13.499.556</b>	<b>2.683.378</b>	<b>38.100</b>	<b>61.558.906</b>
Aplicação do lucro do exercício de 2007:													
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	155.658	1.400.927	-	1.126.793	2.683.378	(2.683.378)	-	-
Desvalorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	(11.755.642)	2.183.950	829.130	(8.742.562)	-	-	-	-	-	-	-	(8.742.562)
Aumento de Capital	12.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.000.000
Aumento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.027.620	1.027.620
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.310.679)	-	(23.310.679)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2008</b>	<b>59.500.000</b>	<b>(14.687.788)</b>	<b>2.953.968</b>	<b>829.130</b>	<b>(10.904.690)</b>	<b>1.102.078</b>	<b>9.012.951</b>	<b>574.221</b>	<b>5.493.684</b>	<b>16.182.934</b>	<b>(23.310.679)</b>	<b>1.065.720</b>	<b>42.533.285</b>

O Anexo faz parte integrante desta demonstração.







## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Invest, S.A. (Banco) é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, constituído em 14 de Fevereiro de 1997 com a denominação de Banco Alves Ribeiro, S.A., tendo iniciado a sua actividade em 11 de Março de 1997. A constituição do Banco foi autorizada pelo Banco de Portugal em 4 de Dezembro de 1996. Em 16 de Setembro de 2005, o Banco alterou a sua denominação social para a actual.

O Banco tem por objecto social a realização das operações e a prestação de serviços financeiros conexos com a latitude consentida por lei. Dedicar-se essencialmente à actividade de gestão de activos, mercado de capitais, crédito e capital de desenvolvimento.

Para a realização das suas operações o Banco dispõe de cinco balcões, localizados em Lisboa, Porto, Braga, Aveiro e Leiria.

O Banco detém a totalidade do capital social da Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Invest Gestão de Activos). Esta sociedade foi constituída em 11 de Fevereiro de 1998 e tem como objecto social a administração e gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento mobiliário.

Actualmente o Banco tem em actividade duas operações de titularização de créditos:

- AR Finance 1 - realizada no exercício de 2003, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance FTC) e o AR Finance 1 plc, sociedade de responsabilidade limitada sediada na República da Irlanda;
- Invest Finance 1 – realizada no exercício de 2008, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo (Invest Finance FTC) e o Invest Finance 1 Portugal BV, sociedade de responsabilidade limitada sediada na Holanda.

No exercício de 2008, foi constituído o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo (Fundo Tejo), gerido pela Invest Gestão de Activos, que tem como actividade principal a compra de imóveis para posterior alienação ou arrendamento.

O Banco detém a totalidade das unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado “Galleon Capital Partners” (Fundo Galleon), cuja actividade principal consiste em alcançar, numa perspectiva de médio/longo prazo, valorizações numa carteira de valores predominantemente imobiliários.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Maio de 2009.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 do Banco Invest e das entidades incluídas no seu perímetro de consolidação estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, o Conselho de Administração do Banco Invest admite que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.



## 2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco Invest e as das entidades por si controladas, directa ou indirectamente (Nota 3), incluindo entidades de propósito especial.

A nível das empresas participadas, são consideradas "filiais" aquelas nas quais o Banco Invest exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, o Banco inclui no seu perímetro de consolidação as entidades de propósito especial criadas no âmbito das operações de titularização acima referidas, uma vez que sobre estas entidades é exercido um controlo financeiro e operacional efectivo e que o Banco detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global, tendo sido eliminadas as transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação. Adicionalmente, quando aplicável, foram efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco Invest e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

## 2.3. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada "moeda funcional"), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

## 2.4. Instrumentos financeiros

### a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido dos custos directamente atribuíveis à transacção. Quando do reconhecimento inicial, estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

#### i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.



Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, na rubrica de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

*ii) Empréstimos e contas a receber*

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou pela alienação de bens, os quais se encontram registados em "Outros activos".

Adicionalmente, esta rubrica inclui títulos que foram reclassificados em 2008 das rubricas de "Activos financeiros detidos para negociação" e "Activos financeiros disponíveis para venda" na sequência da aplicação da Emenda da IAS 39 (Nota 42). Estes activos foram transferidos pelo seu justo valor determinado com referência a 1 de Julho de 2008.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

*Reconhecimento de juros*

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

*iii) Activos financeiros disponíveis para venda*

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Esta categoria inclui activos financeiros que foram reclassificados em 2008 da rubrica de "Activos financeiros ao justo valor por resultados" na sequência da aplicação da Emenda ao IAS 39 (Nota 42). Estes activos foram transferidos pelo seu justo valor determinado com referência a 1 de Julho de 2008.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

*iv) Investimentos detidos até à maturidade*

São investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, tendo o Banco a possibilidade e a intenção de os manter até ao seu reembolso.



No reconhecimento inicial estes activos são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Esta categoria é maioritariamente composta por activos financeiros que foram reclassificados das rubricas "Activos financeiros detidos para negociação" e "Activos financeiros disponíveis para venda" na sequência da aplicação da Emenda ao IAS 39 (Nota 42). Estes activos foram registados ao justo valor com referência a 1 de Julho de 2008 e subsequentemente encontram-se valorizados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### *Justo valor*

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por entidades independentes (bid prices), difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e o índice denominado por Bloomberg Generic;
- Preços obtidos através de modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

#### *Reclassificação de activos financeiros*

Após a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, referida na Nota 2.16, o Banco passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Esta reclassificação apenas poderá ser efectuada em situações excepcionais, sendo que foi considerado que a situação presente, onde os mercados são caracterizados por uma significativa falta de liquidez é uma situação excepcional.

A reclassificação para as categorias de detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber apenas é possível se o Banco tiver intenção e capacidade para manter os activos num futuro previsível ou até à sua maturidade. A transferência para a categoria de empréstimos e contas a receber só é permitida se o activo tivesse cumprido os requisitos para a classificação nesta categoria no reconhecimento inicial (entre outros, que não fosse transaccionado num mercado activo).

Na reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para outra categoria não são alterados os respectivos ganhos e perdas dos activos anteriormente registados em resultados. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o "deemed cost" do activo financeiro.

Na sequência da reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para as categorias de detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber, os mesmos passam a ser mensurados ao custo amortizado. O seu justo valor na data da reclassificação passa a ser o seu novo custo amortizado.



Com a alteração da IAS 39, também poderá ser efectuada a reclassificação de activos financeiros da categoria de disponíveis para venda para as categorias de detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber. Nestes casos, os anteriores ganhos e perdas acumulados dos activos reclassificados são mantidos na reserva de justo valor, sendo reclassificados para resultados: (i) de acordo com o método da taxa efectiva, no caso de activos financeiros com maturidade determinada, ou (ii) no momento em que os activos são vendidos ou quando é registada uma perda de imparidade associada aos mesmos. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o novo custo amortizado dos activos.

Excepcionalmente, estas reclassificações puderam ser aplicadas com referência a 1 de Julho de 2008, tendo o Banco realizado diversas reclassificações no âmbito destas alterações ao IAS 39 (Nota 42).

#### *b) Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

##### *i) Passivos financeiros detidos para negociação*

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

##### *ii) Outros passivos financeiros*

Esta categoria inclui recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

#### *c) Derivados*

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

#### *Derivados embutidos*

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.



#### *Derivados de negociação*

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.

#### *d) Imparidade de activos financeiros*

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente as aplicações em instituições de crédito e crédito a clientes, e activos registados ao justo valor, nomeadamente os investimentos detidos até à maturidade e os activos financeiros disponíveis para venda.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual, de acordo com a natureza dos activos:

##### *Crédito a clientes*

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição seja significativo, e numa base colectiva quanto a activos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como sendo indícios de imparidade em activos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.



Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade, são igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações", sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

#### *Instrumentos de dívida*

No que se refere aos instrumentos de dívida o Banco definiu os seguintes eventos que podem constituir indícios de imparidade:

- Justo valor inferior a 50% do valor nominal;
- Deterioração significativa dos activos subjacentes em emissões de "Asset-backed Securities" (ABS) sem rating ou com rating sempre que valorizados através de modelos internos, nomeadamente:
  - Aumento das delinquências;
  - Redução do "recover value" esperado;
  - Diminuição do "credit enhancement" em mais de 5 pontos percentuais.

O registo de imparidade deve ser efectuado sempre que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- Evidente dificuldade financeira do emitente, nomeadamente quando se verificar qualquer dos seguintes acontecimentos:
  - Notação de rating que evidencie riscos substanciais;
  - Pela sua natureza particular, exceptuam-se os títulos de dívida subordinada, acções preferenciais, ou outras, em que ocorra a suspensão dos juros ou dos pagamentos de acordo com os termos e condições da emissão;
  - Reestruturação ou novação de dívida.
- Não cumprimento de qualquer obrigação contratualmente definida no empréstimo;
- Redução significativa do "credit enhancement" da respectiva tranche detida de produtos estruturados, nomeadamente em emissões de ABS.

O Banco poderá ainda determinar a existência de imparidade noutras situações, caso obtenha fortes indícios de incumprimento do emitente, e desde que devidamente documentados.

#### *Instrumentos de capital*

Para os instrumentos de capital e outros activos financeiros, foram definidos os seguintes critérios para identificação de títulos com indícios de imparidade:

- Justo valor inferior a 60% do valor de compra;
- Deixar de estar admitido à cotação em Bolsa de Valores;
- Existência de oferta pública de aquisição inferior ao preço de compra;



- Suspensão de resgates de unidades de participação;
- Existência de fraude contabilística;
- Redução de capital.

Existe imparidade em activos financeiros quando se verifica alguns dos seguintes acontecimentos:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 50% do valor de compra;
- Nacionalização da empresa;
- Processo de falência;
- Quando o Comité de Investimentos do Banco (CIB) após a análise dos títulos com indício de imparidade conclua pela necessidade da sua constituição.

#### *Activos financeiros ao custo amortizado*

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

#### *Activos financeiros disponíveis para venda*

Conforme referido na Nota 2.3. b), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em activos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor até que o activo seja vendido.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

#### *2.5. Activos não correntes detidos para venda*

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.





## 2.6. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8 -10
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	5-10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8-10

Os terrenos não são objecto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – "Imparidade de activos" é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

## 2.7. Locação financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

### Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

### Como locatário

O Banco não realizou operações de locação financeira na óptica do locatário.

## 2.8. Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.



## 2.9. Impostos sobre lucros

O Banco é detido em 98,82% pela Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A., sendo tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) segundo o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 63º e seguintes do respectivo código, à taxa de 25% acrescida de Derrama, o que corresponde a uma taxa agregada de 26,5%. O perímetro do grupo abrangido pelo referido regime compreende as seguintes sociedades:

- Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Banco Invest, S.A.;
- Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.;
- Motor - Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.;
- US - Motor – Comércio de Automóveis, S.A..

O lucro tributável do grupo do qual a Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem a imparidade e provisões não aceites para efeitos fiscais, diferimento de comissões e reavaliações de instrumentos financeiros derivados.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

De acordo com o Artigo 14º da Lei das Finanças Locais, os municípios podem deliberar uma derrama anual, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC). Neste sentido, a taxa fiscal utilizada no cálculo dos impostos diferidos é de 25% sobre eventuais prejuízos fiscais reportáveis e 26,5% sobre as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre os lucros do exercício.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

## 2.10. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O



montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

#### *2.11. Benefícios a empregados*

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

O Banco não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, estando os seus trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral de Segurança Social. Por esse motivo, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

#### *2.12. Comissões*

Conforme referido na Nota 2.4., as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

#### *2.13. Valores recebidos em depósito*

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao justo valor.

#### *2.14. Caixa e seus equivalentes*

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas “Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”.

#### *2.15. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas*

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem as abaixo apresentadas.

#### *VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS*

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.4.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme

referido na Nota 2.4., a valorização destes instrumentos financeiros é determinada através do recurso a cotações fornecidas por entidades independentes e preços obtidos através de modelos internos de valorização.



#### *DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS*

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Adicionalmente, durante o exercício de 2008, o Banco registou montantes significativos de activos por impostos diferidos, referentes na sua maioria a prejuízos fiscais reportáveis. A evidência de recuperabilidade destes activos por impostos diferidos está suportada por projecções preparadas pelo Conselho de Administração quanto à evolução futura dos resultados para efeitos fiscais (Nota 15).

#### *DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS*

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco Invest com base no reconhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco Invest considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em contas as regras definidas pelo IAS 39.

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos títulos registados nas rubricas "Crédito a clientes", "Investimentos detidos até à maturidade" e "Activos financeiros disponíveis para venda". A análise de imparidade é efectuada numa base individual, através da identificação de eventos que constituam indícios de imparidade e, quando aplicável, do cálculo da imparidade a registar (Nota 2.4 d)).

#### *2.16. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas*

Em 2008 o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2008, desde que endossadas pela União Europeia.

Em 2008, as únicas alterações com impacto nas divulgações apresentadas pelo Banco no Anexo às demonstrações financeiras resultaram das seguintes Normas:

- IAS 39 (Emenda) e IFRS 7 (Emenda) – "Reclassificação de activos financeiros" – Com esta emenda, aprovada pelo IASB em 13 de Outubro de 2008, passou a ser permitida a reclassificação de alguns activos financeiros classificados como activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. Continua a não ser permitida a reclassificação de activos financeiros relativamente a activos classificados na categoria (ou para a categoria) de outros activos ao justo valor através de resultados. As reclassificações de activos financeiros efectuadas até 31 de Outubro de 2008 beneficiaram de um regime transitório, no âmbito do qual foi permitida a sua aplicação com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008. Foram ainda definidos requisitos específicos de divulgação ao abrigo do IFRS 7 para as entidades que efectuem reclassificações de activos financeiros, as quais são apresentadas na Nota 42.



Em 31 de Dezembro de 2008, encontravam-se disponíveis para adopção antecipada as seguintes normas (novas e revistas) e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respectivamente, endossadas pela União Europeia:

- IFRS 8 – “Segmentos operacionais” – Esta norma define os requisitos de divulgação de informação sobre segmentos, substituindo o IAS 14 – “Relato por Segmentos”. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.
- IAS 1 (Alterada) – “Apresentação das Demonstrações Financeiras” – Esta norma introduz alterações ao nível da denominação e dos requisitos de apresentação das demonstrações financeiras, assim como de determinadas transacções com efeito em rubricas de capitais próprios. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.
- IAS 1 (Emenda) – “Apresentação de demonstrações financeiras – Instrumentos financeiros com uma opção put e obrigações decorrentes de uma liquidação” e IAS 32 (Emenda) – “Instrumentos financeiros: Apresentação” – A revisão efectuada ao texto destas normas esclarece essencialmente os critérios que deverão ser considerados no âmbito da classificação enquanto passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de instrumentos financeiros com uma opção put (opção que permite ao detentor do instrumento financeiro exigir ao emitente a sua recompra ou liquidação, através da entrega de dinheiro ou outro instrumento financeiro). Neste âmbito, foram ainda definidos requisitos específicos de divulgação para estes instrumentos financeiros ao abrigo do IAS 1. A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.

Adicionalmente, até à data da preparação destas demonstrações financeiras, foram ainda emitidas as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- IAS 39 – “Contabilidade de cobertura” (Emenda) – A revisão efectuada ao texto da norma pretende clarificar determinados aspectos relacionados com a aplicação de contabilidade de cobertura na componente de risco de inflação, assim como da utilização de opções compradas em operações de cobertura de justo valor. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.
- IFRS 3 (Alterada) – “Concentrações de actividades empresariais” e IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais” – A revisão efectuada ao texto destas normas introduz alterações na mensuração e registo do “Goodwill” apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais, quer no momento inicial, quer na consideração do impacto de eventos posteriores a essa data com efeito no justo valor da entidade adquirida e no tratamento contabilístico de aquisições efectuadas em diversas fases. Vem ainda definir o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de filiais, com e sem manutenção de controlo. A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.
- IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas – Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada” (Emenda) – A revisão efectuada ao texto da norma clarifica os critérios de mensuração de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada no âmbito da reestruturação de um grupo com alterações ao nível da empresa mãe. A adopção desta norma revista é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009.
- IFRIC 16 – “Cobertura de um investimento líquido de operações no exterior” – Esta interpretação tem por objectivo clarificar determinados aspectos relacionados com a aplicação de contabilidade de cobertura num investimento líquido de operações no exterior, nomeadamente: (i) que a cobertura de risco cambial deverá ser efectuada em função da moeda funcional e não da moeda de apresentação das demonstrações financeiras da empresa mãe do Grupo e suas subsidiárias; (ii) quais as entidades do grupo que poderão deter o instrumento de cobertura, de forma a cumprirem os requisitos para aplicação de contabilidade de cobertura; e (iii) procedimentos e impacto em reservas e resultados do exercício decorrentes da alienação da unidade objecto de cobertura. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Outubro de 2008.



– IFRIC 17 – “Distribuição de dividendos em espécie” – Esta interpretação pretende esclarecer o tratamento contabilístico associado à distribuição aos accionistas de dividendos em espécie. É de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

Apesar de não se encontrar ainda disponível uma avaliação do impacto da adopção das normas e interpretações acima referidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, o Conselho de Administração entende que a sua aplicação não apresentará um impacto materialmente relevante para as mesmas.

### 3. EMPRESAS DO GRUPO

Os principais dados sobre a actividade das subsidiárias do Banco, bem como o método de consolidação utilizado podem ser resumidos como segue:

Sociedade	Actividade	Sede	Participação efectiva (%)	Método de consolidação
Invest Gestão de Activos - SGFIM, S.A.	Gestão de fundos de inv. Mobiliário	Lisboa	100%	Integral
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	Fundo de titularização de créditos	Lisboa	n.a.	Integral
AR Finance 1, plc	Emissão de dívida	Irlanda	n.a.	Integral
Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo	Fundo de titularização de créditos	Lisboa	n.a.	Integral
Invest Finance BV	Emissão de dívida	Holanda	n.a.	Integral
Fundo Tejo	Compra e venda de imóveis	Lisboa	85%	Integral
Fundo Galleon	Compra e venda de imóveis	Lisboa	100%	Integral

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os dados financeiros mais significativos retirados das respectivas demonstrações financeiras estatutárias podem ser resumidos da seguinte forma:

Sociedade	2008			2007		
	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido
Invest Gestão de Activos - SGFIM, S.A.	1.377.195	1.353.367	99.665	1.540.009	1.253.701	811.340
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	69.145.327	66.401.273	(393.734)	82.379.332	80.043.727	432.954
AR Finance 1, plc	77.831.328	(768.376)	(808.575)	93.294.903	40.199	1.500
Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo	125.650.575	122.640.196	(1.160.364)	–	–	–
Invest Finance BV	124.617.757	44.900	26.900	–	–	–
Fundo Tejo	7.046.846	7.033.269	33.269	–	–	–
Fundo Galleon	9.887.721	9.859.744	(80.746)	–	–	–



#### 4. RELATO POR SEGMENTOS

Para dar cumprimento aos requisitos da Norma IAS 14, o Banco Invest adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Comercial
- Mercados

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2008		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	9.514.739	1.981.624	11.496.363
Rendimentos de instrumentos de capital	–	5.255	5.255
Resultados de serviços e comissões	1.471.668	–	1.471.668
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	–	(23.629.152)	(23.629.152)
Resultados de activos e financeiros disponíveis para venda	–	(1.429.104)	(1.429.104)
Outros resultados de exploração e outros	(543.378)	409.344	(134.034)
<b>Produto bancário</b>	<b>10.443.029</b>	<b>(22.662.033)</b>	<b>(12.219.004)</b>
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos <sup>(1)</sup>	(5.371.000)	(1.634.556)	(7.005.556)
Amortizações do exercício <sup>(1)</sup>	(333.238)	(111.019)	(444.257)
Provisões e imparidade	(3.871.785)	(7.310.735)	(11.182.520)
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>867.006</b>	<b>(31.718.343)</b>	<b>(30.851.337)</b>
Impostos	(175.351)	7.716.009	7.540.658
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>691.655</b>	<b>(24.002.334)</b>	<b>(23.310.679)</b>
Activos financeiros detidos para negociação	–	12.934.264	12.934.264
Activos financeiros disponíveis para venda	–	73.832.294	73.832.294
Crédito a clientes	267.461.319	58.970.780	326.432.099
Investimentos detidos até à maturidade	–	115.700.262	115.700.262
Recursos de bancos centrais	–	134.233.424	134.233.424
Recursos de outras instituições de crédito	–	98.927.879	98.927.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	–	91.998.714	91.998.714
Responsabilidades representadas por títulos	183.081.033	–	183.081.033

<sup>(1)</sup> Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.



	2007		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	8.332.810	1.886.720	10.219.530
Rendimentos de instrumentos de capital	-	557	557
Resultados de serviços e comissões	3.794.887	-	3.794.887
Outros resultados de exploração e outros	(79.180)	(5.127.471)	(5.206.651)
<b>Produto bancário</b>	<b>12.048.517</b>	<b>(3.240.194)</b>	<b>8.808.323</b>
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(4.118.002)	(1.644.091)	(5.762.093)
Amortizações do exercício	(306.967)	(102.918)	(409.885)
Provisões e imparidade	844.711	225.374	1.070.085
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>8.468.259</b>	<b>(4.761.829)</b>	<b>3.706.430</b>
Impostos	(1.600.124)	577.072	(1.023.052)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>6.868.135</b>	<b>(4.184.757)</b>	<b>2.683.378</b>
Activos financeiros detidos para negociação	-	111.975.882	111.975.882
Activos financeiros disponíveis para venda	-	151.087.996	151.087.996
Aplicações em instituições de crédito	-	66.913.612	66.913.612
Crédito a clientes	249.931.642	-	249.931.642
Investimentos detidos até à maturidade	-	10.126.188	10.126.188
Recursos de bancos centrais	-	85.405.510	85.405.510
Recursos de outras instituições de crédito	-	245.136.185	245.136.185
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	95.988.555	95.988.555
Responsabilidades representadas por títulos	131.390.291	-	131.390.291

A totalidade da actividade do Banco Invest é desenvolvida em Portugal.

#### 5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Caixa	76.863	8.897
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	1.652.978	2.403.152
	<b>1.729.841</b>	<b>2.412.049</b>

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

#### 6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Depósitos à ordem		
No país	966.457	3.010.346
No estrangeiro	12.783.965	16.630.486
	<b>13.750.422</b>	<b>19.640.832</b>





Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro incluem 8.430.919 Euros e 10.180.787 Euros, respectivamente, relativos ao saldo da “Cash reserve account” mantida pelo AR Finance 1, plc junto do JP Morgan Chase Bank, para garantia do pagamento do capital e juros das “Floating rate notes” das classes A e B emitidas no âmbito da operação de titularização de créditos realizada pelo Banco (Notas 10 e 21).

## 7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De outros residentes		
. Instituições de crédito	–	1.002.663
De não residentes		
. Instituições de crédito	8.305.558	38.745.803
. Empresas	532.172	62.862.143
	<b>8.837.730</b>	<b>102.610.609</b>
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
. Acções	75.955	1.800.665
De não residentes		
. Acções	8.566	2.689.103
. Unidades de participação	1.573.546	3.196.801
. Outros	12.531	443.335
	<b>1.670.598</b>	<b>8.129.904</b>
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
Swaps		
. Taxa de juro	2.045.995	789.371
. Crédito	183.343	71.948
Opções	196.598	374.050
	<b>2.425.936</b>	<b>1.235.369</b>
	<b>12.934.264</b>	<b>111.975.882</b>

No exercício de 2008, o Banco transferiu para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e investimentos detidos até à maturidade um conjunto de títulos que estavam registados como activos financeiros detidos para negociação, uma vez que face às circunstâncias excepcionais originadas pela crise dos mercados financeiros, estes títulos deixaram de ser detidos com objectivo de venda no curto prazo. Esta rectificação foi efectuada ao abrigo da alteração efectuada ao IAS 39 (Nota 42).



Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	2008	2007
De outros residentes		
. Instituições de crédito	–	1.000.000
De não residentes		
. Instituições de crédito	11.242.000	40.611.833
. Empresas	3.000.000	66.227.435
	<b>14.242.000</b>	<b>107.839.268</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as operações com instrumentos financeiros derivados encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.. Nestas datas, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2008			
	Montante nominal	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
				(Nota 18)
Instrumentos financeiros derivados				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
. Swaps				
De taxa de juro	347.672.787	2.045.995	(929.410)	1.116.585
Sobre eventos de crédito	50.592.728	183.343	(2.211.690)	(2.028.347)
. Opções embutidas				
em depósitos estruturados	3.998.462	330.932	(7.352)	323.580
. Opções				
De cotações	850.000	(134.334)	(134.334)	(268.668)
	<b>403.113.977</b>	<b>2.425.936</b>	<b>(3.282.786)</b>	<b>(856.850)</b>
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
. Futuros				
De taxa de juro	6.069.400	–	–	–
De cotações	2.506.213	–	–	–
De divisas	375.108	–	–	–
	<b>8.950.721</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
	<b>412.064.698</b>	<b>2.425.936</b>	<b>(3.282.786)</b>	<b>(856.850)</b>



	2007			
	Montante nocional	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
			(Nota 18)	
Instrumentos financeiros derivados				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
. Swaps				
De taxa de juro	167.817.361	789.371	(682.041)	107.330
Sobre eventos de crédito	36.396.508	71.948	(70.338)	1.610
. Opções embutidas em depósitos estruturados	14.007.523	13.466	(764.065)	(750.599)
. Opções				
De cotações e câmbios	11.796.642	360.584	(28.453)	332.131
	<b>230.018.034</b>	<b>1.235.369</b>	<b>(1.544.897)</b>	<b>(309.528)</b>
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
. Futuros				
De taxa de juro	24.219.520	–	–	–
De cotações	9.506.105	–	–	–
De divisas	619.438	–	–	–
	<b>34.345.063</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
	<b>264.363.097</b>	<b>1.235.369</b>	<b>(1.544.897)</b>	<b>(309.528)</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante nocional de swaps de taxa de juro relativos a operações contratadas no âmbito das securitizações de créditos efectuados pelo Banco, ascende a 322.672.787 Euros e 137.817.361 Euros, respectivamente (Nota 9).

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):



2008						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
. Swaps						
De taxa de juro	2.000.000	–	–	23.000.000	322.672.787	347.672.787
Sobre eventos de crédito	2.000.000	–	–	48.592.728	–	50.592.728
	<b>4.000.000</b>	–	–	<b>71.592.728</b>	<b>322.672.787</b>	<b>398.265.515</b>
. Opções embutidas						
em depósitos estruturados	708.149	611.170	335.839	2.343.304	–	3.998.462
. Opções						
De cotações	–	850.000	–	–	–	850.000
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
. Futuros						
De taxa de juro	6.069.400	–	–	–	–	6.069.400
De cotações	2.506.213	–	–	–	–	2.506.213
De divisas	375.108	–	–	–	–	375.108
	<b>8.950.721</b>	–	–	–	–	<b>8.950.721</b>
	<b>13.658.870</b>	<b>1.461.170</b>	<b>335.839</b>	<b>73.936.032</b>	<b>322.672.787</b>	<b>412.064.698</b>
2007						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
Instrumentos financeiros derivados						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
. Swaps						
De taxa de juro	7.000.000	–	137.817.361	23.000.000	–	167.817.361
Sobre eventos de crédito	–	–	1.000.000	35.396.508	–	36.396.508
	<b>7.000.000</b>	–	<b>138.817.361</b>	<b>58.396.508</b>	–	<b>204.213.869</b>
. Opções embutidas						
em depósitos estruturados	7.208.779	1.534.516	2.396.661	2.867.567	–	14.007.523
. Opções						
De cotações e câmbio	11.796.642	–	–	–	–	11.796.642
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
. Futuros						
De taxa de juro	24.219.520	–	–	–	–	24.219.520
De cotações	9.506.105	–	–	–	–	9.506.105
De divisas	619.438	–	–	–	–	619.438
	<b>34.345.063</b>	–	–	–	–	<b>34.345.063</b>
	<b>60.350.484</b>	<b>1.534.516</b>	<b>141.214.022</b>	<b>61.264.075</b>	–	<b>264.363.097</b>



A distribuição por tipo de contraparte das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 apresenta o seguinte detalhe:

	2008	2007
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>		
Swaps		
De taxa de juro		
. Instituições financeiras	347.672.787	167.817.361
Sobre eventos de crédito		
. Instituições financeiras	50.592.728	36.396.508
Opções embutidas em depósitos estruturados.		
Clientes	3.998.462	14.007.523
	<b>402.263.977</b>	<b>218.221.392</b>
Opções		
. De cotações	850.000	11.196.712
. De câmbios	–	599.930
	<b>850.000</b>	<b>11.796.642</b>
<i>Transaccionados em bolsa</i>		
Futuros		
. De taxa de juro	6.069.400	24.219.520
. De cotações	2.506.213	9.506.105
. De divisas	375.108	619.438
	<b>8.950.721</b>	<b>34.345.063</b>
	<b>412.064.698</b>	<b>264.363.097</b>

## 8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA



Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	1.681.990	1.070.874
De não residentes		
. Emissores públicos estrangeiros	2.206.347	2.262.812
. Outras obrigações	59.570.686	132.674.745
	<b>63.459.023</b>	<b>136.008.431</b>
<i>Instrumentos de capital</i>		
Emitidos por residentes		
. Valorizados ao justo valor	15.494.868	3.762.178
Emitidos por não residentes		
. Valorizados ao justo valor	1.289.094	10.693.482
	<b>16.783.692</b>	<b>14.455.660</b>
Juros a receber	1.477.901	1.468.548
	<b>81.720.886</b>	<b>151.932.639</b>
Imparidade (Nota 22)	<b>(7.888.592)</b>	<b>(844.643)</b>
	<b>73.832.294</b>	<b>151.087.996</b>

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2008 e 2007 é apresentado na Nota 22.

No exercício de 2008, o Banco aplicou a possibilidade introduzida pela alteração ocorrida na IAS 39 aprovada em 13 de Outubro de 2008, tendo realizado um conjunto de reclassificações de títulos. Desta forma foram transferidos títulos da carteira de disponíveis para venda para a carteira de empréstimos e contas a receber e da carteira de negociação para a de disponíveis para venda, tendo ainda sido transferidos alguns títulos para a carteira de investimentos detidos até à maturidade.

Estas reclassificações resultam essencialmente da alteração que ocorreu no período esperado para a detenção dos activos financeiros, que face às condições de mercado, passou a ser mais alargado. As divulgações relativas às reclassificações realizadas são apresentadas na Nota 42.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Instrumentos de capital – Emitidos por residentes", inclui 9.524.152 Euros, correspondentes a uma participação na SPDH – Serviços Portugueses de Handling (SPDH), cuja alienação está prevista que ocorra em 2009 (Nota 23). Adicionalmente, esta rubrica inclui a participação no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Inspirar, no montante de 3.324.729 Euros, gerido pela Invest Gestão de Activos.



Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	1.600.000	1.040.000
De não residentes		
. Emissores públicos estrangeiros	2.209.003	3.221.853
. Outras obrigações	72.435.109	138.092.696
	<b>76.244.112</b>	<b>142.354.549</b>

## 9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2007 esta rubrica tem a seguinte composição:

Instituições de crédito no país		
– Empréstimos		19.000.000
– Aplicações no mercado monetário interbancário		10.000.000
– Depósitos a prazo		2.092.500
		<b>31.092.500</b>
Juros a receber		19.311
		<b>31.111.811</b>
Instituições de crédito no Estrangeiro		
– Operações de venda com acordo de recompra		35.699.794
Juros a receber		102.007
		<b>35.801.801</b>
		<b>66.913.612</b>

As aplicações em instituições de crédito em vigor em 31 de Dezembro de 2007 tinham um prazo de vencimento residual inferior a três meses.

## 10. CRÉDITO A CLIENTES



Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Crédito interno securitizado:		
. Operações de locação financeira imobiliária	96.212.095	47.329.982
. Empréstimos a médio e longo prazo	88.081.628	28.411.533
. Operações de crédito à habitação	6.024.947	4.528.783
	<b>190.318.670</b>	<b>80.270.298</b>
Crédito interno não securitizado:		
. Operações de locação financeira imobiliária	23.567.857	71.616.648
. Empréstimos a médio e longo prazo	26.979.836	72.616.173
. Créditos em conta corrente	14.316.558	11.322.764
. Operações de locação financeira mobiliária	405.717	234.865
. Descobertos em depósitos à ordem	2.626.898	7.138.604
. Crédito ao consumo	376.460	-
	<b>68.273.326</b>	<b>162.929.054</b>
Crédito ao exterior:		
. Descobertos em depósitos à ordem	97	125.487
	<b>258.592.093</b>	<b>243.324.839</b>
Juros a receber	1.173.796	1.061.604
Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida (Nota 42):		
De não residentes		
. Instituições de crédito	6.302.507	-
. Empresas	52.637.467	-
. Juros a receber	552.679	-
	<b>59.492.653</b>	<b>243.324.839</b>
Comissões associadas ao custo amortizado:		
Despesas com encargo diferido	608.700	570.566
Receitas com rendimento diferido	(194.429)	(162.365)
	<b>414.271</b>	<b>408.201</b>
Crédito e juros vencidos	14.491.738	10.248.416
	<b>334.164.551</b>	<b>255.043.060</b>
Imparidade (Nota 22)	(7.732.452)	(5.111.418)
	<b>326.432.099</b>	<b>249.931.642</b>

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2008 e 2007 é apresentado na Nota 22.





Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica "Crédito interno securitizado" refere-se às operações de securitização realizadas pelo Banco e cujos detalhes dos créditos em carteira podem ser apresentados da seguinte forma:

	2008	2007
Operações de securitização:		
. AR Finance	67.086.107	80.270.298
. Invest Finance - Conduit	123.232.563	-
	<b>190.318.670</b>	<b>80.270.298</b>

As operações de securitização realizadas pelo Banco têm as seguintes características:

– *AR Finance:*

Em 19 de Dezembro de 2003 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de "cross default", pelo montante de 100.007.912 Euros. Em Dezembro de 2004, de acordo com os termos da operação inicial, o Banco procedeu à venda de créditos adicionais no montante de 42.000.017 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance 1 FTC), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 19 de Dezembro de 2003. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao AR Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%.

O financiamento do AR Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de duas séries de unidades de titularização de créditos, fungíveis entre si, nos montantes de 100.000.000 Euros e 42.000.000 Euros, respectivamente, as quais foram integralmente subscritas pela Sociedade AR Finance 1 plc, sediada na República da Irlanda.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo AR Finance 1 FTC ao AR Finance 1 plc, após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no AR Finance 1 plc, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo AR Finance 1 FTC.

O financiamento do AR Finance 1 plc foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

	Montante emitido	Montante em circulação		Data de reembolso	Data do "Step up"	Remuneração	
		2008	2007			Até à data "Step up"	Após a data "Step up"
Classe A	106.500.000	32.604.555	45.853.305	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,32%	Euribor 3 m + 0,64%
Classe B	35.500.000	35.500.000	35.500.000	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,09%	Euribor 3 m + 0,18%
Classe C	11.360.000	8.636.372	10.146.286	Setembro de 2036	-	Taxa fixa de 19%	Taxa fixa de 19%
Certificados Residuais	1.200.000	1.200.000	1.200.000	Setembro de 2036	-	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada, líquida das restantes classes de obrigações	
	<b>154.560.000</b>	<b>77.940.927</b>	<b>92.699.591</b>				



As obrigações das Classes A e C emitidas em 2004 foram colocadas com prémios face aos respectivos valores nominais, nos montantes de 81.046 Euros e 218.452 Euros, respectivamente.

As obrigações das Classes A, B e C vencem juros trimestralmente em 20 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

Conforme previsto no contrato da operação de securitização os "Spreads" das obrigações das Classes A e B aumentaram a partir de Setembro de 2008, originando um incremento do custo do financiamento a partir desta data.

As obrigações das Classes A e B têm ambas "Rating" AAA atribuído pelas agências Standard & Poor's e Moody's. Adicionalmente, o reembolso de capital e os juros das obrigações da Classe B encontram-se garantidos pelo "European Investment Fund".

O AR Finance 1, plc tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações das Classes A e B em qualquer data de pagamento de juros a partir de Setembro de 2006. Nesta situação, a carteira de créditos seria também recomprada antecipadamente. Adicionalmente, o Banco tem também a opção de recomprar antecipadamente a carteira de crédito a partir do momento em que o valor do capital em dívida seja igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

As obrigações da Classe C, às quais não foi atribuído "Rating", e os certificados residuais foram integralmente adquiridos pelo Banco. O reembolso das obrigações da Classe C está dependente da variação da carteira de créditos, sendo efectuado o reembolso à medida que a carteira de créditos diminui, desde que o rácio entre o montante das obrigações por reembolsar e o montante da carteira de créditos não fique inferior a 12%. O valor de subscrição das obrigações da Classe C destinou-se à constituição de uma "Cash reserve account", cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo AR Finance 1, plc para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores das obrigações das Classes A e B.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o capital vincendo resultante dos créditos cedidos ascendia a 67.086.107 Euros e 80.270.298 Euros, respectivamente.

#### *- Invest Finance - Conduit*

Em 13 de Março de 2008 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de "cross default", pelo montante de 100.009.526 Euros. Em Agosto e Setembro de 2008, de acordo com os termos da operação inicial, o Banco procedeu à venda de créditos adicionais no montante de 25.632.305 Euros e 4.743.900 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal (Invest Finance 1 FTC), o qual é gerido pela Oceanus – SGFTC, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 13 de Março de 2008. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao Invest Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%. Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de depositário do Invest Finance 1 FTC que corresponde a uma taxa anual de 1%.

O financiamento do Invest Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de papel comercial realizada pela Sociedade Invest Finance 1 Portugal BV, sediada na Holanda, no montante inicial de 93.008.859 Euros, reforçado posteriormente em 26.573.854 Euros, tendo sido reembolsados durante o ano de 2008 cerca de 4.770.754 Euros. A emissão de papel comercial tem montante máximo de 125.000.000 Euros.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo Invest Finance 1 FTC à Invest Finance 1 Portugal BV, após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do



Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no Invest Finance 1 Portugal BV, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo Invest Finance 1 FTC.

No âmbito desta operação o Banco realizou uma aplicação subordinada junto do Invest Finance 1 Portugal BV, que corresponde a uma "Cash reserve account", cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo Invest Finance 1 Portugal BV para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores do papel comercial. A aplicação deve corresponder a pelo menos 7% do montante da carteira de crédito cedidos. Esta aplicação tem uma remuneração mensal, que corresponde essencialmente aos valores das receitas da Invest Finance 1 Portugal BV após dedução de todas as despesas decorrentes das operações da sociedade. Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo desta aplicação ascendia a 8.883.493 Euros.

Dado a estrutura das operações realizadas implicar a manutenção pelo Banco da maior parte dos riscos associados à carteira de créditos cedidos e dos resultados gerados pela mesma, os créditos cedidos não foram desreconhecidos e as entidades de finalidade especial constituídas no âmbito das operações são incluídas no perímetro de consolidação do Banco. As obrigações emitidas no âmbito destas operações encontram-se registadas na rubrica "Responsabilidades representadas por títulos" (Nota 21).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais do crédito sobre clientes, incluindo o crédito securitizado e excluindo o crédito titulado e o crédito vencido, apresentam a seguinte composição:

	2008	2007
Até três meses	9.278.346	12.206.625
De três meses a um ano	5.772.200	7.871.032
De um ano a cinco anos	54.219.951	55.106.637
Mais de cinco anos	189.321.596	168.140.545
	<b>258.592.093</b>	<b>243.324.839</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a antiguidade do crédito vencido tem a seguinte composição:

	2008	2007
Até três meses	998.706	675.098
De três meses a um ano	3.437.366	2.251.191
Mais de um ano	10.055.666	7.322.127
	<b>14.491.738</b>	<b>10.248.416</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o crédito vincendo associado ao crédito vencido com antiguidade superior a 3 meses ascende a 26.953.241 Euros e 21.804.713 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a composição do crédito vencido de acordo com o tipo de garantia associada é a seguinte:

	2008	2007
Garantia hipotecária	13.870.191	9.579.583
Outras garantias reais	19.270	5.560
Garantia pessoal	362.898	423.745
Sem garantia	239.379	239.528
	<b>14.491.738</b>	<b>10.248.416</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a composição do crédito vincendo e vencido e o justo valor das garantias subjacentes de acordo com o tipo de crédito é a seguinte:



2008				
	Vincendo	Vencido	Total	Justo valor das garantias associadas
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	125.804.899	5.040.477	130.845.376	213.238.283
Empréstimos a médio e longo prazo	115.061.464	6.462.111	121.523.576	205.321.559
Créditos em conta corrente	14.316.558	-	14.316.558	6.895.537
Operações de locação financeira mobiliária	405.717	-	405.717	425.000
Créditos ao consumo	376.460	19.270	395.730	636.782
Outros Créditos e valores a receber - títulos de dívida	58.939.974	-	58.939.974	-
Descobertos em depósitos à ordem	2.626.995	2.969.880	5.596.875	-
	<b>317.532.067</b>	<b>14.491.738</b>	<b>332.023.806</b>	<b>426.517.162</b>

2007				
	Vincendo	Vencido	Total	Justo valor das garantias associadas
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	123.475.413	3.665.606	127.141.019	206.677.733
Empréstimos a médio e longo prazo	101.027.706	4.788.897	105.816.603	188.162.775
Créditos em conta corrente	11.322.764	-	11.322.764	7.238.069
Operações de locação financeira mobiliária	234.865	7.560	242.425	198.750
Descobertos em depósitos à ordem	7.264.091	1.786.353	9.050.444	-
	<b>243.324.839</b>	<b>10.248.416</b>	<b>253.573.255</b>	<b>402.277.327</b>



A composição da carteira de crédito sobre clientes, em 31 de Dezembro de 2008, incluindo o crédito securitizado, por sectores de actividade é a seguinte:

2008			
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio, restaurantes e hotéis	74.791.513	1.876.152	76.667.665
Particulares	63.645.339	4.893.914	68.539.253
Actividades imobiliárias	45.108.629	1.260.224	46.368.853
Indústrias transformadoras	15.553.977	2.482.964	18.036.941
Construção	15.281.980	1.383.157	16.665.137
Serviços prestados às empresas	10.848.878	882.268	11.731.146
Actividades financeiras	10.078.750	–	10.078.750
Indústrias alimentares	11.113.208	638.822	11.752.030
Actividades recreativas, culturais e desportivas	3.601.841	–	3.601.841
Transportes	2.863.895	–	2.863.895
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	1.814.270	–	1.814.270
Indústria têxtil	1.433.512	1.074.237	2.507.749
Saúde e acção social	1.268.374	–	1.268.374
Educação	813.457	–	813.457
Administração pública, defesa e segurança	282.452	–	282.452
Outros	92.018	–	92.018
<b>Total Crédito</b>	<b>258.592.093</b>	<b>14.491.738</b>	<b>273.083.831</b>

A composição da carteira de crédito sobre clientes, em 31 de Dezembro de 2007, incluindo o crédito securitizado, por sectores de actividade é a seguinte:

2007			
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio, restaurantes e hotéis	75.736.790	1.687.610	77.424.400
Particulares	57.021.813	4.300.581	61.322.394
Actividades imobiliárias	43.744.611	163.154	43.907.765
Indústrias transformadoras	23.601.264	2.072.331	25.673.595
Construção	12.151.837	643.182	12.795.019
Serviços prestados às empresas	12.387.196	623.518	13.010.714
Indústrias alimentares	5.409.895	343.905	5.753.800
Actividades recreativas, culturais e desportivas	3.692.537	–	3.692.537
Transportes	3.024.114	–	3.024.114
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	1.481.988	–	1.481.988
Indústria têxtil	2.759.426	414.135	3.173.561
Saúde e acção social	1.266.501	–	1.266.501
Educação	720.491	–	720.491
Administração pública, defesa e segurança	304.006	–	304.006
Outros	22.370	–	22.370
<b>Total Crédito</b>	<b>243.324.839</b>	<b>10.248.416</b>	<b>253.573.255</b>



Em 31 de Dezembro de 2008, no âmbito da alteração ao IAS 39, o Banco reclassificou activos financeiros das rubricas de "Activos financeiros detidos para negociação" e "Activos financeiros disponíveis para venda" para a rubrica de "Empréstimos e contas a receber" (Notas 2.4 b) e 42). Os títulos reclassificados estão registados na rubrica "Crédito a clientes – títulos a receber" e apresentam a seguinte composição por tipo de títulos/sectores de actividade:

Diversos (Asset-Backed Securities)	37.011.450
Actividades financeiras	5.627.501
Transportes	4.677.211
Electricidade	2.456.494
Telecomunicações	926.000
Outros	8.241.318
	<b>58.939.974</b>

Em 31 de Dezembro de 2008, os títulos reclassificados apresentam a seguinte composição de acordo com o prazo até à sua maturidade:

Até três meses	693.846
De três meses a um ano	497.276
De um ano a cinco anos	13.661.184
Mais de cinco anos	44.087.668
	<b>58.939.974</b>

## 11. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
<i>Instrumentos de dívida -</i>		
De residentes		
. Instituições financeiras	7.033.796	-
De não residentes		
. Instituições financeiras	105.763.300	10.126.188
. Outros	2.903.166	-
	<b>115.700.262</b>	<b>10.126.188</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o justo valor dos investimentos detidos até à maturidade ascendia a 108.699.632 Euros e 10.319.999 Euros, respectivamente (Nota 41).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os investimentos detidos até à maturidade apresentam a seguinte composição de acordo a sua maturidade:

	2008	2007
Até um ano	12.509.078	-
De um ano a cinco anos	91.236.626	10.126.188
Mais de cinco anos	11.954.558	-
	<b>115.700.262</b>	<b>10.126.188</b>



No exercício de 2008, o Banco transferiu para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um conjunto de títulos que estavam registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, bem como activos financeiros detidos para negociação ao abrigo da alteração efectuada ao IAS 39 (Nota 42). Estas transferências foram efectuadas por ser intenção do Banco deter os referidos títulos até à sua maturidade e que considerando que as maturidades dos títulos ocorrerão entre 2009 e 2014, o Banco terá capacidade de assegurar essa detenção.

## 12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2008	2007
Activos não correntes detidos para venda:		
. Imóveis	7.985.565	5.188.430
. Imparidade (Nota 22)	(349.464)	(320.429)
	<b>7.636.101</b>	<b>4.868.001</b>

O movimento desta rubrica durante os exercícios de 2008 e 2007 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2007				Dotações de imparidade	31 de Dezembro de 2008		
	Valor bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
		(Nota 22)			(Nota 22)		(Nota 22)	
Imóveis	5.188.430	(320.429)	3.712.127	(914.993)	(29.034)	7.985.564	(349.463)	7.636.101

	31 de Dezembro de 2006				Dotações de imparidade	31 de Dezembro de 2007		
	Valor bruto	Imparidade	Aquisições	Alienações		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
		(Nota 22)			(Nota 22)		(Nota 22)	
Imóveis	6.042.509	(324.463)	1.984.945	(2.839.024)	4.034	5.188.430	(320.429)	4.868.001

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os imóveis recebidos em dação em cumprimento apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Banco:

Ano de aquisição	2008		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2004	787.012	(67.011)	720.001
2004	780.927	(153.927)	627.000
2005	478.568	(82.567)	396.001
2006	1.030.251	–	1.030.251
2007	1.196.681	(15.000)	1.181.681
2008	3.712.127	(30.959)	3.681.168
	<b>7.985.565</b>	<b>(349.464)</b>	<b>7.636.101</b>



Ano de aquisição	2007		Valor líquido
	Valor bruto	Imparidade	
anterior a 2004	827.144	(107.143)	720.001
2004	712.808	(85.808)	627.000
2005	494.961	(98.960)	396.001
2006	1.168.572	(28.131)	1.140.441
2007	1.984.945	(387)	1.984.558
	<b>5.188.430</b>	<b>(320.429)</b>	<b>4.868.001</b>

### 13. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

Descrição	2008					Valor líquido 31-12-2008
	31 de Dezembro de 2007		Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações e abates	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
<b>Imóveis</b>						
. De serviço próprio	705.227	(119.178)	–	(12.640)	–	573.409
. Despesas em edifícios arrendados	708.448	(603.850)	400.406	(34.024)	–	470.980
	<b>1.413.675</b>	<b>(723.028)</b>	<b>400.406</b>	<b>(46.664)</b>	<b>–</b>	<b>1.044.389</b>
<b>Equipamento</b>						
. Mobiliário e material	255.537	(179.070)	32.276	(15.035)	–	93.708
. Máquinas e ferramentas	73.565	(60.071)	12.252	(7.053)	–	18.693
. Equipamento informático	625.785	(528.666)	87.744	(65.118)	–	119.745
. Instalações interiores	300.379	(262.762)	48.056	(9.002)	–	76.671
. Material de transporte	872.994	(443.834)	121.796	(204.964)	(6.266)	339.727
. Equipamento de segurança	18.132	(9.407)	–	(1.920)	–	6.805
	<b>2.146.392</b>	<b>(1.483.810)</b>	<b>302.124</b>	<b>(303.092)</b>	<b>(6.266)</b>	<b>655.349</b>
<b>Outros activos tangíveis</b>						
. Património artístico	7.364	–	–	–	–	7.364
<b>Activos tangíveis em curso</b>	3.030	–	1.179	–	–	4.209
	<b>3.570.461</b>	<b>(2.206.838)</b>	<b>703.709</b>	<b>(349.756)</b>	<b>(6.266)</b>	<b>1.711.311</b>





Descrição	2007					
	31 de Dezembro de 2006		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor líquido 31-12-2007
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
<b>Imóveis</b>						
. De serviço próprio	705.227	(106.537)	–	–	(12.640)	586.050
. Despesas em edifícios arrendados	662.983	(550.064)	45.465	–	(53.786)	104.598
	<b>1.368.210</b>	<b>(656.601)</b>	<b>45.465</b>	<b>–</b>	<b>(66.426)</b>	<b>690.648</b>
<b>Equipamento</b>						
. Mobiliário e material	197.523	(164.512)	58.015	–	(14.557)	76.469
. Máquinas e ferramentas	90.799	(67.950)	3.632	(4.157)	(8.834)	13.490
. Equipamento informático	612.103	(536.582)	74.777	489	(53.668)	97.119
. Instalações interiores	278.168	(259.905)	22.883	3.668	(7.197)	37.617
. Material de transporte	788.106	(254.014)	97.112	–	(202.044)	429.160
. Equipamento de segurança	10.568	(7.440)	4.074	3.492	(1.968)	8.726
	<b>1.977.267</b>	<b>(1.290.403)</b>	<b>260.493</b>	<b>3.492</b>	<b>(288.268)</b>	<b>662.581</b>
<b>Outros activos tangíveis</b>						
. Património artístico	7.364	–	–	–	–	7.364
Activos tangíveis em curso	6.522	–	–	(3.492)	–	3.030
	<b>3.359.363</b>	<b>(1.947.004)</b>	<b>305.958</b>	<b>–</b>	<b>(354.694)</b>	<b>1.363.623</b>

#### 14. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

Descrição	2008					
	31 de Dezembro de 2007		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
<i>Activos intangíveis</i>						
. Software	830.202	(601.181)	24.234	–	(94.501)	158.754
. Activos intangíveis em curso	14.282	–	33.555	–	–	47.837
	<b>844.484</b>	<b>(601.181)</b>	<b>57.789</b>	<b>–</b>	<b>(94.501)</b>	<b>206.591</b>
<b>2007</b>						
Descrição	31 de Dezembro de 2006		Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Valor líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
	<i>Activos intangíveis</i>					
. Software	890.892	(801.946)	61.573	133.695	(55.191)	229.023
. Activos intangíveis em curso	100.359	–	47.616	(133.695)	–	14.280
	<b>991.251</b>	<b>(801.946)</b>	<b>109.189</b>	<b>–</b>	<b>(55.191)</b>	<b>243.303</b>



## 15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 eram os seguintes:

	2008	2007
Activos por impostos diferidos		
. Por prejuízos fiscais	8.900.692	–
. Por outras diferenças temporárias	1.919.684	928.493
	<b>10.820.376</b>	<b>928.493</b>
Passivos por impostos diferidos		
. Por diferenças temporárias	(295.374)	(386.144)
	<b>10.525.002</b>	<b>542.349</b>
Activos e passivos por impostos correntes		
. Imposto imputado	258.045	1.728.841
. Imposto corrente de exercícios anteriores	(829.130)	–
. Pagamentos por conta	(481.506)	(900.585)
. Retenções na fonte	(3.054)	(5.782)
<b>Imposto sobre o rendimento a pagar/(receber)</b>	<b>(1.055.645)</b>	<b>822.474</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 o Banco registou na rubrica “Passivos por impostos correntes – impostos sobre o rendimento a pagar” o montante de 184.241 Euros, relativo ao imposto do exercício das entidades que não são consideradas no perímetro fiscal da Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A., nomeadamente a Invest Finance FTC, Invest Finance BV e o Fundo Tejo.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. As principais situações geradoras desses ajustamentos estão relacionadas com as Provisões não aceites fiscalmente nas contas individuais no Banco, nomeadamente, no âmbito do artigo 35º-A do Código de IRC não são aceites como custo fiscal do exercício as provisões para risco específico e risco-país no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis.

Adicionalmente, no exercício de 2008, o Banco alterou o procedimento no que se refere ao reconhecimento fiscal das mais e menos valias potenciais registadas na Reserva de justo valor, respeitantes a instrumentos de dívida e unidades de participação em fundos de investimento, passando a considerá-las como custo ou proveito fiscal no momento em que são geradas. Esta alteração foi efectuada retrospectivamente aos exercícios de 2006 e 2007, tendo as correcções originado um imposto corrente a receber de exercícios anteriores no montante de 829.130 Euros o qual tinha anteriormente sido reflectido em impostos diferidos.



O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

2008				
	Saldo em 31-12-2007	Variação em resultados	Variação em reservas	Saldo em 31-12-2008
. Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:				
– Provisões para crédito	142.001	1.038.638	–	1.180.639
– Provisões para risco país	(239.737)	68.596	–	(171.141)
. Provisões para imóveis recuperados	16.474	17.833	–	34.307
. Ajustamentos de transição para NCA:				
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(31.559)	10.520	–	(21.039)
Reavaliação de Instrumentos financeiros derivados:				
– Derivados de negociação	(1.584)	357	–	(1.227)
– Derivados embutidos	(17.089)	5.696	–	(11.393)
Activos disponíveis para venda:				
– Reconhecimento de proveitos	(728)	127	–	(601)
– Reversão de provisões para títulos de investimento	(53.464)	17.822	–	(35.642)
. Valorização de derivados de negociação	(37.827)	37.827	–	–
. Mais valias em títulos detidos para negociação	(4.156)	4.585	–	429
. Provisões para outros riscos e encargos	–	397.133	–	397.133
. Activos disponíveis para venda - Reserva de justo valor				
– Por prejuízos fiscais	–	–	2.646.363	2.646.363
– Outros activos por impostos diferidos	770.018	–	(462.413)	307.605
. Por prejuízos fiscais	–	6.254.329	–	6.254.329
. Encargos com impostos diferidos - IRS de negociação	–	(54.760)	–	(54.760)
	<b>542.349</b>	<b>7.798.703</b>	<b>2.183.950</b>	<b>10.525.002</b>
2007				
	Saldo em 31-12-2006	Variação em resultados	Variação em reservas	Saldo em 31-12-2007
Provisões não aceites fiscalmente	92.750	(92.750)	-	-
Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:				
. Provisões para crédito	(16.964)	158.965	-	142.001
. Provisões para risco país	(808.036)	568.299	-	(239.737)
Provisões para imóveis recuperados	17.543	(1.069)	-	16.474
Ajustamentos de transição para NCA:				
Diferimento de comissões associadas a operações de crédito	(42.079)	10.520	-	(31.559)
Reavaliação de Instrumentos financeiros derivados:				
. Derivados de negociação	(1.941)	357	-	(1.584)
. Derivados embutidos	(22.785)	5.696	-	(17.089)
Activos disponíveis para venda:				
. Reconhecimento de proveitos	(855)	127	-	(728)
. Reversão de provisões para títulos de investimento	(71.286)	17.822	-	(53.464)
Valorização de derivados de negociação	(75.436)	37.609	-	(37.827)
Mais valias em títulos detidos para negociação	(4.370)	213	-	(4.157)
Activos disponíveis para venda - Reserva de justo valor	(518.803)	-	1.288.821	770.018
	<b>(1.452.262)</b>	<b>705.789</b>	<b>1.288.821</b>	<b>542.349</b>

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:



	2008	2007
<i>Impostos correntes</i>	258.045	1.728.841
<i>Impostos diferidos</i>		
Prejuízos fiscais reportáveis	(6.254.329)	–
Registo e reversão de diferenças temporárias	(1.544.374)	(705.789)
	<b>(7.798.703)</b>	<b>(705.789)</b>
<b>Total de impostos reconhecidos em resultados</b>	<b>(7.540.658)</b>	<b>1.023.052</b>
Resultados antes de impostos – Lucro/(Prejuízo)	(30.851.337)	3.706.430
<b>Carga fiscal</b>	<b>24,44%</b>	<b>27,61%</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 o Banco apresenta cerca de 35.600.000 Euros de prejuízos fiscais reportáveis, tendo apurado activos por impostos diferidos de 8.900.692 Euros. A recuperabilidade destes activos por impostos diferidos encontra-se suportada por um plano de negócios para os próximos seis exercícios elaborado pelo Conselho de Administração, de acordo com o qual o Banco irá gerar lucro tributável suficiente para permitir recuperar a totalidade dos activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais nos prazos legalmente definidos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco e da Invest Gestão de Activos relativas aos anos de 2005 a 2008 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Contudo, na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser demonstrada como segue:

	2008		2007	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		(30.851.337)		3.706.430
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	(8.175.604)	26,50%	982.204
Custos não aceites fiscalmente:				
Seguros	(0,03%)	8.475	0,19%	7.073
Reintegrações	(0,03%)	10.385	0,27%	9.870
Outros	0,00%	–	0,00%	–
Correcções por crédito de imposto	(0,03%)	10.011	0,05%	1.799
Benefícios fiscais	0,01%	(4.402)	(0,15%)	(5.456)
Mais e menos valias	0,04%	(12.220)	(0,01%)	(398)
Efeito da taxa de imposto sobre os prejuízos fiscais	(1,22%)	375.260	0,00%	–
Tributação autónoma	(0,12%)	37.797	0,52%	19.171
Outros	(0,68%)	209.640	(0,24%)	8.789
	<b>24,44%</b>	<b>(7.540.658)</b>	<b>27,61%</b>	<b>1.023.052</b>



## 16. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
<i>Devedores e outras aplicações</i>		
Devedores por operações sobre futuros	1.565.126	3.146.658
Aplicações diversas	–	38.100
	<b>1.565.126</b>	<b>3.184.758</b>
Outros devedores diversos	3.618	3.228
<i>Rendimentos a receber</i>		
Comissões	218.169	137.436
<i>Despesas com encargo diferido</i>		
Operação de securitização – Conduit	382.788	–
Rendas	67.076	26.211
Seguros	11.062	11.209
Outras	38.321	192.642
	<b>499.247</b>	<b>230.062</b>
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações de bolsa a liquidar	2.712.292	6.281.748
Operações fora de bolsa a liquidar	4.290.736	575.287
Operações activas a regularizar	144.871	514.948
	<b>7.147.899</b>	<b>7.371.983</b>
	<b>9.434.059</b>	<b>10.927.467</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas “Operações de Bolsa a liquidar” e “Operações fora de bolsa a liquidar” correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.

## 17. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Recursos do Banco de Portugal	134.000.000	85.000.000
Juros a pagar	233.424	405.510
	<b>134.233.424</b>	<b>85.405.510</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os recursos obtidos do Banco de Portugal tinham vencimento durante o primeiro trimestre de 2009 e 2008, respectivamente.

Os recursos obtidos junto do Banco de Portugal em vigor em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 25).



## 18. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica refere-se a derivados registados ao justo valor por contrapartida de resultados e apresenta a seguinte composição:

	2008	2007
Swaps		
. De taxa de juro	929.410	682.041
. Sobre eventos de crédito	2.211.690	70.338
Opções	141.686	792.518
	<b>3.282.786</b>	<b>1.544.897</b>

## 19. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Depósitos a prazo e outros recursos:		
. Instituições de crédito no país	80.500.000	65.200.000
. Instituições de crédito no estrangeiro	17.645.146	177.724.237
	<b>98.145.146</b>	<b>242.924.237</b>
Juros a pagar:		
. Recursos de instituições de crédito no país	709.024	1.659.705
. Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	73.709	552.243
	<b>782.733</b>	<b>2.211.948</b>
	<b>98.927.879</b>	<b>245.136.185</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	2008	2007
Até três meses	91.145.146	210.924.237
De três meses a um ano	7.000.000	32.000.000
	<b>98.145.146</b>	<b>242.924.237</b>

Os recursos de outras instituições de crédito em vigor em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 incluem 10.645.000 Euros e 170.724.000 Euros, respectivamente, que têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 25).



## 20. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
À vista:		
. Depósitos à ordem	16.888.036	37.060.045
A prazo:		
. Depósitos a prazo	70.226.695	43.928.876
. Depósitos estruturados	3.998.462	14.007.523
	74.225.157	57.936.399
	91.113.193	94.996.444
Encargos a pagar:		
. Juros de recursos de clientes	885.521	992.111
	91.998.714	95.988.555

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais dos recursos a prazo de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2008	2007
Até três meses	64.692.407	47.339.592
De três meses a um ano	6.669.694	7.301.240
De um a cinco anos	2.769.554	2.895.567
A mais de cinco anos	93.502	400.000
	74.225.157	57.936.399



## 21. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Obrigações de Caixa Banco Invest 2005 – 1ª Emissão	–	50.000.000
“Floating rate notes” emitidas pelo AR Finance 1, plc (Nota 10)		
. Classe A	32.604.555	45.853.305
. Classe B	35.500.000	35.500.000
	<b>68.104.555</b>	<b>81.353.305</b>
“Variable funding loan notes” emitidas pela Invest Finance 1 Portugal B.V.	114.811.959	–
Juros a pagar		
. Invest Finance	97.829	–
. AR Finance	66.690	72.736
	<b>164.519</b>	<b>72.736</b>
Despesas incluídas no custo amortizado:		
- Floating rate notes emitidas pelo AR Finance 1, plc	–	(35.750)
	<b>183.081.033</b>	<b>131.390.291</b>

As Obrigações de Caixa Banco Invest 2005 – 1ª Emissão foram emitidas em 21 de Dezembro de 2005, no montante de 50.000.000 Euros por oferta particular, por um prazo de três anos, a amortizar no respectivo vencimento. Conforme previsto, estas Obrigações foram reembolsadas na sua totalidade em Dezembro de 2008.

Os juros foram pagos trimestral e postecipadamente em 21 de Março, 21 de Junho, 21 de Setembro e 21 de Dezembro de cada ano. A taxa de juro era igual à Euribor a três meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada período trimestral de contagem de juros, adicionada de 0,425%.

## 22. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco Invest durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008					Saldos em 31-12-2008
	Saldos em 31-12-2007	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos	
Provisões	5.272	1.498.616	–	(5.272)	–	1.498.616
Imparidade do crédito a clientes (Nota 10)	5.111.418	2.611.456	–	(4.304)	13.882	7.732.452
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	844.643	7.043.414	–	–	535	7.888.592
Imparidade de outros activos:						
. Activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	320.429	110.142	(81.108)	–	1	349.464
	<b>6.281.762</b>	<b>11.263.628</b>	<b>(81.108)</b>	<b>(9.576)</b>	<b>14.418</b>	<b>17.469.124</b>





	2007				
	Saldos em 31-12-2006	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos em 31-12-2007
Provisões	509.638	-	(198.608)	(305.758)	5.272
Imparidade do crédito a clientes (Nota 10)	5.781.954	-	(642.069)	(28.467)	5.111.418
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	1.070.017	265.703	(491.077)	-	844.643
Imparidade de outros activos:					
. Activos não correntes detidos para venda (Nota 12)	324.463	8.527	(12.561)	-	320.429
	<b>7.686.072</b>	<b>274.230</b>	<b>(1.344.315)</b>	<b>(334.225)</b>	<b>6.281.762</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 a rubrica "Provisões" inclui 840.000 Euros correspondentes a uma estimativa dos custos que o Banco poderá ter de suportar para fazer face aos serviços contratados a diversas entidades no âmbito de operações de securitização que estavam previstas ocorrer em 2008, mas que acabaram por não se concretizar.

### 23. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
<i>Credores e outros recursos</i>		
Credores por operações sobre futuros	84.518	88.328
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	213.798	165.886
. Contribuições para a Segurança Social	67.078	58.436
. IVA a pagar	136.798	391.124
Cobranças por conta de terceiros	445.917	122.992
Imposto sobre o rendimentos a pagar	184.241	-
Credores diversos		
. Outros credores	472.611	54.917
	<b>1.604.961</b>	<b>881.683</b>
<i>Encargos a pagar</i>		
Por gastos com pessoal		
. Provisão para férias e subsídio de férias	504.539	427.085
Por gastos gerais administrativos	18.604	21.211
Comissões por operações sobre instrumentos financeiros	-	132.520
Outros	5.352	129.638
	<b>528.495</b>	<b>710.454</b>
<i>Receitas com rendimento diferido</i>		
Outras	-	184.649
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações de bolsa a liquidar	3.338.110	5.119.903
Operações fora de bolsa a liquidar	4.290.630	575.863
Outras operações a regularizar	9.629.958	708.302
	<b>17.258.698</b>	<b>6.404.068</b>
	<b>19.392.154</b>	<b>8.180.854</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas “Operações de Bolsa a liquidar” e “Operações fora de bolsa a liquidar” correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.



Em 31 de Dezembro de 2008 a rubrica “Outras operações a regularizar” inclui 9.524.152 Euros referente a um depósito efectuado pela TAP SGPS no âmbito da operação de aquisição da SPDH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. (SPDH) à Globália. Em 2008 o Banco Invest e outras duas instituições financeiras realizaram uma operação conjunta que consistiu na aquisição das acções da SPDH, no caso do Banco Invest correspondentes a 15,1% do capital da Sociedade, por um prazo máximo de 12 meses, sendo que findo esse período a participação detida deveria ser alienada à TAP SGPS ou outra entidade por esta indicada.

## 24. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2008	2007
<i>Garantias prestadas e outros passivos eventuais:</i>		
Garantias e avales prestados	2.025.054	527.333
Activos dados em garantia	177.583.561	273.811.236
	<b>179.608.615</b>	<b>274.338.569</b>
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Responsabilidades por prestação de serviços		
. Activos cedidos em operações de titularização		
Crédito à habitação	6.024.947	4.528.783
Crédito hipotecário	88.081.628	28.411.533
Leasing Imobiliário	102.237.042	51.858.765
. Outros valores		
Gestão de carteiras	2.817.950	6.856.726
Clientes - Acções	81.019.314	51.709.857
Clientes - Obrigações diversas	7.451.040	5.585.239
Clientes - Outros	77.182	720.198
Fundos - Alves Ribeiro - Médias Empresas	24.507.129	17.975.667
	<b>312.216.232</b>	<b>167.646.768</b>
	<b>491.824.847</b>	<b>441.985.337</b>

A rubrica "Activos dados em garantia" diz respeito a títulos entregues pelo Banco como garantia de tomadas de fundos realizadas com Bancos Centrais ou outras Instituições de Crédito. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica inclui, respectivamente, 160.383.561 Euros e 93.911.236 Euros de títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (Nota 17).



## 25. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

2008			
Entidade	Número de acções	Montante	%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Ordinárias)	9.360.000	46.800.000	78,65%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Preferenciais)	2.400.000	12.000.000	20,17%
Outros	140.000	700.000	1,18%
	<b>11.900.000</b>	<b>59.500.000</b>	<b>100%</b>

2007			
Entidade	Número de acções	Montante	%
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	9.360.000	46.800.000	98,53%
Outros	140.000	700.000	1,47%
	<b>9.500.000</b>	<b>47.500.000</b>	<b>100%</b>

Em 2 de Dezembro de 2008 o Banco efectuou um aumento de capital, através da emissão de 2.400.000 acções preferenciais remíveis ao valor nominal de 5 Euros, tendo sido subscrito e realizado na totalidade pelo accionista Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.

As acções preferenciais remíveis sem data fixa, são susceptíveis de pagamento de dividendos prioritários a deliberar em Assembleia Geral, que correspondem a 7% do seu valor nominal. Este dividendo só poderá ser liquidado, caso existam fundos distribuíveis de acordo com o normativo aplicável e caso o seu pagamento não implique o não cumprimento dos requisitos de capital do Banco. O pagamento do dividendo prioritário será efectuado, anual e postecipadamente, no dia 30 de Junho de cada ano.



## 26. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2008	2007
<i>Reservas de reavaliação</i>		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda	(14.687.788)	(2.932.146)
. Reservas por impostos diferidos		
De activos financeiros disponíveis para venda	3.783.098	770.018
	<b>(10.904.690)</b>	<b>(2.162.128)</b>
Reserva legal	1.102.078	946.420
Reserva livre	9.012.951	7.612.024
Reserva de fusão	574.221	574.221
Resultados transitados	5.493.684	4.366.891
	<b>16.182.934</b>	<b>13.499.556</b>
Resultado do exercício	<b>(23.310.679)</b>	<b>2.683.378</b>
	<b>(18.032.435)</b>	<b>14.020.806</b>

### **Reservas de reavaliação**

#### *Reservas de justo valor*

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Em 31 de Dezembro de 2008 as reservas de justo valor incluem cerca de 4.061.000 Euros de menos valias em títulos reclassificados de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Investimentos detidos até à maturidade e de Empréstimos e contas a receber (Nota 42). Este montante encontra-se a ser reconhecido em resultados de acordo com o método da taxa efectiva até à maturidade dos correspondentes títulos.

#### **Reserva legal**

De acordo com a legislação em vigor, o Banco deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. A reserva legal não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

#### **Reserva de fusão**

Em 22 de Dezembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão, por incorporação no Banco, da Probolsa – Sociedade Corretora S.A. (Probolsa). Na sequência deste processo, a sociedade incorporada foi extinta, tendo sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus direitos e obrigações. A fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2004, tendo os activos e passivos da Probolsa sido transferidos para o Banco com base no respectivo valor líquido de Balanço nessa data. A diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos transferidos e o valor de balanço da participação detida pelo Banco no capital da Probolsa foi registada na rubrica “Reserva de Fusão”. Esta reserva não está disponível para distribuição, excepto em caso



de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

Nos exercícios de 2008 e 2007, o resultado consolidado do Banco foi apurado da seguinte forma:

	2008	2007
Resultados individuais:		
Banco Invest	(23.128.071)	1.556.585
Invest Gestão de Activos	99.665	811.340
AR Finance 1, plc	(808.575)	1.500
AR Finance 1, FTC	(393.734)	(432.954)
Invest Finance FTC	(1.160.364)	–
Invest Finance BV	26.900	–
Fundo Tejo	33.270	–
Fundo Galleon	(140.256)	–
	<b>(25.471.165)</b>	<b>1.936.471</b>
Ajustamentos, líquidos de efeitos fiscais:		
Diferenças entre NCA e IAS/IFRS (imparidade)	105.926	362.707
Anulação de movimentos registados nas contas individuais:		
Provisão para crédito vencido do AR Finance 1, FTC	393.734	432.954
Provisão para crédito vencido do Invest Finance 1, FTC	1.660.663	–
Outros ajustamentos		
Correcção no consolidado da amortização dos custos de montagem da operação de titularização	(21.523)	(112.613)
Outros	21.686	63.853
	<b>(23.310.679)</b>	<b>2.683.378</b>

## 27. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

. Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.047.720
. Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000
	<b>1.065.720</b>



## 28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Juros de disponibilidades	195.308	306.273
Juros de aplicações em instituições de crédito	989.947	1.191.424
Juros de crédito a clientes:		
. Crédito interno	7.464.198	10.519.126
. Crédito ao exterior	655	4.093
. Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	943.358	-
. Activos titularizados não desreconhecidos	12.408.946	6.251.887
Juros de crédito vencido	522.373	337.214
Juros de activos financeiros detidos para negociação:		
. Títulos	4.579.011	7.631.513
. Instrumentos derivados	8.279.830	4.435.768
Juros de activos financeiros disponíveis para venda:		
. Títulos	8.378.385	4.803.149
Juros de investimentos detidos até à maturidade	2.344.810	531.147
Juros de devedores e outras aplicações	221.375	309.519
	<b>46.328.196</b>	<b>36.321.113</b>

## 29. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Juros de recursos de bancos centrais	4.354.930	2.792.505
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
. no país	2.500.594	2.226.658
. no estrangeiro	3.783.014	7.002.312
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	4.229.341	3.111.447
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	12.365.344	6.571.915
Juros de passivos financeiros de negociação		
. instrumentos financeiros derivados	7.598.610	4.396.746
	<b>34.831.833</b>	<b>26.101.583</b>

## 30. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2008 e 2007, esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos de acções registadas em Activos financeiros disponíveis para venda.



### 31. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Por garantias prestadas	25.803	123.832
Por serviços prestados	863.592	2.014.972
Por operações realizadas por conta de terceiros	1.137.340	2.321.791
	<b>2.026.735</b>	<b>4.460.595</b>

### 32. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Por garantias recebidas	73	72
Outras operações de crédito	112.664	85.255
Por serviços bancários e operações realizadas por terceiros	338.538	542.173
Outras comissões pagas	103.792	38.208
	<b>555.067</b>	<b>665.708</b>

### 33. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Títulos		
Emitidos por residentes		
. Obrigações	89.364	(78.744)
. Acções	(1.377.349)	659.203
Emitidos por não residentes		
. Obrigações	(14.138.367)	(6.678.891)
. Acções	(3.812.755)	(378.750)
. Outros	24.043	73.580
	<b>(19.215.064)</b>	<b>(6.403.602)</b>
Instrumentos financeiros derivados		
. Swaps		
Swaps de taxa de juro	(885.171)	(141.999)
. Futuros		
Sobre taxas de juro	(436.064)	707.820
Sobre cotações	(2.143.989)	245.194
Divisas	232.400	96.481
. Opções		
Divisas	(12.437)	(15.994)
Sobre taxas de juro	-	552.441
Sobre cotações	(1.168.827)	(215.299)
	<b>(4.414.088)</b>	<b>1.228.644</b>
	<b>(23.629.152)</b>	<b>(5.174.958)</b>



### 34. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
. Dívida pública portuguesa	(257)	(1.140)
. De outros residentes	–	584
De não residentes		
. Emissores públicos estrangeiros	(407.468)	133.562
De outros não residentes		
. Outras obrigações	(1.069.982)	100.576
<i>Instrumentos de capital</i>		
De não residentes		
. Acções	23.133	127.087
. Outros	25.470	196.555
	<b>(1.429.104)</b>	<b>557.224</b>

### 35. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2008 e 2007, o saldo desta rubrica corresponde integralmente aos resultados apurados na reavaliação das posições à vista em moeda estrangeira mantidas pelo Banco.

### 36. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Nos exercícios de 2008 e 2007, o saldo desta rubrica corresponde a ganhos originados pela alienação de activos tangíveis.





### 37. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
<i>Outros rendimentos de exploração</i>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
. Reembolso de despesas	173.070	231.193
. Rendimentos da prestação de serviços diversos	1.200	1.108
. Ganhos na alienação de activos não financeiros	173.506	24.607
. Outros	30.357	174.072
	<b>378.133</b>	<b>430.980</b>
<i>Outros encargos de exploração</i>		
Outros impostos:		
. Impostos directos	6.099	12.605
Outros encargos e perdas operacionais:		
. Quotizações e donativos	39.906	31.643
. Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	17.500	17.500
. Perdas na alienação de activos não financeiros	129.768	-
. Outros encargos e gastos operacionais	226.548	485.660
	<b>419.821</b>	<b>547.408</b>
	<b>(41.688)</b>	<b>(116.428)</b>

### 38. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Salários e vencimentos		
. Órgãos de Gestão e Fiscalização	856.469	627.646
. Empregados	2.722.468	2.192.466
	<b>3.578.937</b>	<b>2.820.112</b>
Encargos sociais obrigatórios		
. Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	598.046	519.144
. Outros encargos sociais obrigatórios:		
Outros	13.252	13.520
	<b>611.298</b>	<b>532.664</b>
Outros custos com pessoal		
. Outros	63.450	51.812
	<b>4.253.685</b>	<b>3.404.588</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:



	2008	2007
Administradores	7	7
Directores e chefias	16	15
Quadros técnicos	63	40
Administrativos	5	5
	<b>91</b>	<b>67</b>

### 39. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Com fornecimentos	168.167	135.560
Com serviços	1.215.883	1.168.518
Com serviços especializados	709.829	623.260
Outros serviços de terceiros	657.992	430.167
	<b>2.751.871</b>	<b>2.357.505</b>

### 40. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco Invest as entidades pertencentes ao Grupo Alves Ribeiro.

#### *Saldos com entidades relacionadas*

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	2008	2007
<i>Crédito a Clientes</i>		
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis S.A.	3.678.726	4.200.000
Monvest, SGPS, S.A.	608.452	598.965
Alves Ribeiro, SGPS	865.000	538.329
<i>Recursos de clientes</i>		
Fundo Inspirar	3.466.696	–
Mundicenter, SGPS, S.A.	15.351.223	4.098.208
Alves Ribeiro, S.A.	5.000.000	–



#### *Transacções com entidades relacionadas*

Nos exercícios de 2008 e 2007, os principais saldos da demonstração de resultados com entidades relacionadas são os seguintes:

	2008	2007
<i>Juros e rendimentos similares</i>		
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis S.A.	273.508	204.139
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	48.657	38.745
Monvest, SGPS, S.A.	68.232	–
Alves Ribeiro, SGPS	48.657	38.745
<i>Juros e encargos similares</i>		
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	100	1.888
<i>Redimentos de serviços e comissões</i>		
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	944	–
<i>Gastos gerais administrativos</i>		
Alrisa	299.629	270.086

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

#### **41. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

##### *Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco Invest*

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco Invest e a sua posição no mercado.

O processo de gestão dos riscos da instituição respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas. Existe a adequada articulação entre o Comité de Investimentos, a direcção de Crédito e a direcção de Planeamento e Controlo que assegura o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Banco.

##### **Risco de crédito**

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco Invest.

Da identificação, avaliação e acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito resulta uma monitorização atempada, que permite antecipar possíveis situações de incumprimento, estando abrangidos os riscos decorrentes de todas as actividades da instituição, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

Exposição máxima ao risco de crédito



Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

	2008		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
<i>Activos</i>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.729.841	–	1.729.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13.750.422	–	13.750.422
Activos financeiros detidos para negociação:			
. Títulos	10.508.328	–	10.508.328
. Instrumentos financeiros derivados	2.425.936	–	2.425.936
Activos financeiros disponíveis para venda	63.659.023	(7.888.592)	55.770.431
Crédito a clientes	334.164.551	(7.732.452)	326.432.099
Investimentos detidos até à maturidade	115.700.262	–	115.700.262
Outros activos:			
. Devedores e outras aplicações	1.565.126	–	1.565.126
	<b>543.503.489</b>	<b>(15.621.044)</b>	<b>527.882.445</b>
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Swaps - eventos de crédito (montante nocional)	233.054.711	–	233.054.711
Garantias prestadas	2.025.054	–	2.025.054
	<b>778.583.254</b>	<b>(15.621.044)</b>	<b>762.962.210</b>
<b>2007</b>			
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
<i>Activos</i>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.412.049	–	2.412.049
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19.640.832	–	19.640.832
Activos financeiros detidos para negociação:			
. Títulos	110.740.514	–	110.740.514
. Instrumentos financeiros derivados	1.235.368	–	1.235.368
Activos financeiros disponíveis para venda	136.008.431	(844.643)	135.163.788
Aplicações em instituições de crédito	66.913.612	–	66.913.612
Crédito a clientes	255.043.060	(5.111.418)	249.931.642
Investimentos detidos até à maturidade	10.126.188	–	10.126.188
Outros activos:			
. Devedores e outras aplicações	3.184.758	–	3.184.758
	<b>605.304.812</b>	<b>(5.956.061)</b>	<b>599.348.751</b>
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Swaps - eventos de crédito (montante nocional)	133.039.884	–	133.039.884
Garantias prestadas	527.333	–	527.333
	<b>738.872.029</b>	<b>(5.956.061)</b>	<b>732.915.968</b>



### *Qualidade de crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade*

O Banco tem instituídos procedimentos que permitem a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito, que abrange os riscos decorrentes de todas as actividades da instituição, tanto ao nível de créditos individuais como ao nível da carteira global do Banco Invest, antecipando assim possíveis situações de incumprimento.

As propostas de crédito são analisadas pelo Departamento de Crédito, sendo a análise documentada num relatório interno que contém todas as informações necessárias para a avaliação do risco do processo de concessão de crédito. As operações que obtiverem parecer favorável são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração do Banco.

Adicionalmente existem instituídos alguns procedimentos específicos do Banco que garantem o controlo do risco de crédito, nomeadamente:

- Após o surgimento de um incidente de cobrança, ainda que pontual, são despoletados um conjunto de procedimentos automáticos e manuais, instituídos em manual específico, cujo desenvolvimento, fundamentos e desenlace, são alvo de registo e acompanhamento na plataforma informática de controlo de crédito;
- A ocorrência de incidentes de natureza judicial ou de crédito, tendo como intervenientes os clientes do Banco, é monitorizada em permanência, através dos mecanismos da centralização de responsabilidades junto do Banco Central, e da pesquisa em bases de dados legalizadas e regularmente actualizadas. A subscrição de serviços de alertas, ou vigilância permanente, sobre alterações aos relatórios de informação comercial e a sua posterior análise é também uma prática instituída no Banco;
- Para clientes enquadrados em determinado tipo de perfil, definido pela Administração, é feito um acompanhamento anual, com actualização de toda a informação relevante de natureza bancária, comercial e económico-financeira;
- As Direcções Regionais de Crédito e a Administração fazem o acompanhamento numa base regular, das situações em controlo de crédito, dos procedimentos de recuperação, das acções de natureza judicial ou extra-judicial, bem como, da gestão quotidiana dos activos que vêm à posse do Banco, no exercício de iniciativas cautelares ou de execução judicial (incluindo a sua reavaliação, pelos critérios do valor de mercado, de reposição ou do rendimento, à luz dos parâmetros então em vigor no mercado); e
- Os métodos e procedimentos de análise e notação de risco, que incidem sobre o cliente (actividade, antiguidade na actividade, dimensão, meios afectos, imagem e conceito, tipo de inter-relacionamento com os mercados a montante e a jusante, etc.), sobre a natureza do investimento ou do apoio financeiro a contratar, bem como, dos colaterais a obter, (consistência da avaliação técnica, conformidade do LTV, liquidez potencial, região de implantação, etc.) são sujeitos a sucessiva adaptação, face à experiência concreta acumulada e às envolventes conjunturais existentes em cada momento.

Um dos critérios que o Banco utiliza para análise do risco de crédito da carteira de crédito é a divisão da carteira consoante o número de rendas em atraso. As categorias de risco utilizadas são as seguintes:

- [0,1] – Créditos com zero ou uma renda em atraso;
- [2,3] – Créditos com duas ou três rendas em atraso;
- [4,5] – Créditos com quatro ou cinco rendas em atraso;
- [6,+] – Créditos com seis ou mais rendas em atraso;

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a carteira de crédito do Banco de acordo as categorias de risco acima identificadas é a seguinte:



2008					
Tipo de Contrato	Categoria de risco				Total
	(0,1)	(2,3)	(4,5)	(6,+)	
Contas Correntes	14.147.465	30.000	–	139.093	14.316.558
Crédito Imobiliário	79.722.327	8.859.983	2.075.243	13.018.477	103.676.030
Crédito Mútuo	15.578.072	271.800	–	576.039	16.425.911
Leasing Imobiliário	100.602.411	7.604.541	8.489.947	15.570.111	132.267.010
Leasing Mobiliário	394.168	–	3.676	7.873	405.717
Crédito ao Consumo	395.730	–	–	–	395.730
Descobertos em D.O.	2.626.995	–	–	2.969.880	5.596.875
	<b>213.467.169</b>	<b>16.766.324</b>	<b>10.568.865</b>	<b>32.281.473</b>	<b>273.083.831</b>

2007					
Tipo de Contrato	Categoria de risco				Total
	(0,1)	(2,3)	(4,5)	(6,+)	
Contas Correntes	11.223.089	–	–	99.674	11.322.763
Crédito Imobiliário	79.850.954	1.815.640	2.289.516	7.753.108	91.709.218
Crédito Mútuo	13.193.633	91.092	238.132	584.527	14.107.385
Leasing Imobiliário	100.048.975	13.410.117	1.590.309	12.091.618	127.141.019
Leasing Mobiliário	228.679	–	5.915	7.831	242.425
Descobertos em D.O.	7.264.091	–	–	1.786.353	9.050.444
	<b>211.809.421</b>	<b>15.316.850</b>	<b>4.123.872</b>	<b>22.323.111</b>	<b>253.573.255</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a composição do crédito com 6 ou mais rendas em atraso e o justo valor das garantias subjacentes de acordo com o tipo de crédito é a seguinte:

Tipo de Contrato	2008		2007	
	Capital em dívida	Justo valor das garantias associadas	Capital em dívida	Justo valor das garantias associadas
Contas Correntes	139.093	–	99.674	–
Crédito Imobiliário	13.018.477	10.903.235	7.753.108	6.028.717
Crédito Mútuo	576.039	760.805	584.527	777.486
Leasing Imobiliário	15.570.111	23.214.259	12.091.618	16.597.839
Leasing Mobiliário	7.873	–	7.831	5.460
Descobertos em D.O.	2.969.880	–	1.786.353	–
	<b>32.281.473</b>	<b>34.878.299</b>	<b>22.323.111</b>	<b>23.409.503</b>

Na elaboração destes mapas não foram considerados os títulos registados em créditos a clientes, juros corridos e as comissões associadas ao crédito.



Os principais colaterais recebidos pelo Banco relativamente aos activos financeiros acima identificados são os seguintes:

- No caso das operações de leasings imobiliários, a garantia efectiva é constituída pela propriedade jurídica do imóvel.
- No caso dos empréstimos de médio e longo prazo, o colateral é geralmente constituído por primeira hipoteca de imóveis de natureza urbana, situação igualmente comum nos financiamentos em regime de conta-corrente.

Em situações pontuais, o Banco obtém igualmente penhores mercantis sobre activos financeiros, constituídos por liquidez ou valores mobiliários cotados em mercados oficiais, bem como, de activos intangíveis líquidos e subordinados a valorização corrente no mercado como, por exemplo, direitos de trespasse sobre estabelecimentos de farmácia.

- Em geral e atendendo à maturidade das operações, independentemente da forma da sua titulação, é usual a prática de obtenção de garantias de natureza pessoal (avales ou fianças).

Os activos adquiridos para operações de locação financeira, ou recebidos em garantia hipotecária, têm salvaguardada a sua integridade em caso de acidente, evento fortuito ou de força maior, por seguro de multi-riscos com os correspondentes direitos a favor do Banco.

Relativamente ao controlo do risco de crédito associado ao mercado de capitais, às transacções em produtos derivados e cambiais, o Banco mantém procedimentos instituídos através do processo de aprovação de investimentos, do controlo do cumprimento das estratégias definidas pela Administração e do Comité de Investimento e do acompanhamento regular da composição e evolução da carteira de títulos, que permitem a monitorização adequada do risco de crédito associado aos títulos em carteira.

O Banco procede à reavaliação mark-to-market, em cada momento, da sua exposição em produtos derivados, cambiais e mercado de capitais, permitindo assim avaliar a exposição potencial e global em determinado momento e o cumprimento dos limites de exposição definidos por sector e por país.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o risco de crédito associado à carteira de títulos do Banco, (excluindo imparidade) pode ser demonstrado através da graduação de risco (rating) atribuída por uma sociedade especializada em avaliação de risco, sendo apresentado da seguinte forma:

	2008							Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	N.R	
<i>Activo</i>								
Activos financeiros detidos para negociação	1.788.272	–	–	196.025	165.531	170.616	6.517.286	8.837.730
Activos financeiros disponíveis para venda	2.850.536	15.758.165	19.078.872	16.134.438	1.267.102	595.332	–	55.684.445
Investimentos detidos até à maturidade	10.149.722	32.278.499	57.912.209	15.359.831	–	–	–	115.700.261
Outros Créditos e Valores Titulados	12.597.911	18.425.980	6.149.213	13.864.645	748.636	316.585	7.389.683	59.492.653
	27.386.441	66.462.644	83.140.294	45.554.939	2.181.269	1.082.533	13.906.969	239.715.089



2007								
	Ratings							Total
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	N.R	
<i>Activos</i>								
Activos financeiros detidos para negociação	13.435.492	23.081.532	20.462.238	27.417.265	3.714.005	-	14.500.077	102.610.609
Activos financeiros disponíveis para venda	10.482.269	31.378.256	68.494.617	16.346.313	1.507.970	2.642.091	4.312.273	135.163.789
Investimentos detidos até à maturidade	10.126.188	-	-	-	-	-	-	10.126.188
	34.043.949	54.459.788	88.956.855	43.763.578	5.221.975	2.642.091	18.812.350	247.900.586

Na elaboração deste mapa não foram considerados os instrumentos de capital e os instrumentos financeiros derivados.

### Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo do risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação da folga de liquidez.

As políticas e procedimentos que permitem controlar e limitar o risco de liquidez revêm regularmente os limites das posições de liquidez para diferentes horizontes temporais, analisando simulações com base em diversos cenários, o que permite uma efectiva gestão da liquidez.

É o Departamento Financeiro que se encarrega de cumprir e executar, de uma forma efectiva, a estratégia e todas as políticas de risco de liquidez definidas e aprovadas pela Administração.

### Prazos residuais

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

2008								
	A vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	outros <sup>(1)</sup>	Total
<i>Activo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.729.841	-	-	-	-	-	-	1.729.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13.750.422	-	-	-	-	-	-	13.750.422
Activos financeiros detidos para negociação	-	191.756	111.600	4.761.443	6.339.108	1.530.357	-	12.934.264
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	2.347.898	25.189.693	23.436.438	22.858.265	-	73.832.294
<i>Crédito a clientes:</i>								
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.626.955	12.363.385	3.522.185	26.698.962	213.380.567	14.491.738	1.588.067	274.671.898
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	493.651	1.191.215	13.867.236	43.940.551	-	-	59.492.653
Investimentos detidos até maturidade	-	-	12.509.078	91.236.626	11.954.557	-	-	115.700.262
	18.107.258	13.048.792	19.681.975	161.753.959	299.051.222	38.880.360	1.588.067	552.111.634



**2008**

	A vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	outros <sup>(1)</sup>	Total
<i>Passivo</i>								
Recursos de bancos centrais	-	134.000.000	-	-	-	-	233.424	134.233.424
Passivos financeiros detidos para negociação	-	60.483	141.078	2.946.951	134.275	-	-	3.282.786
Recursos de outras instituições de crédito	-	91.145.146	7.000.000	-	-	-	782.733	98.927.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	30.972.642	50.599.503	6.669.694	2.769.554	93.502	-	893.818	91.998.714
Responsabilidades representadas por títulos	-	3.113.227	1.143.028	13.157.639	165.667.139	-	-	183.081.033
	<b>30.972.642</b>	<b>278.918.360</b>	<b>14.953.800</b>	<b>18.874.143</b>	<b>165.894.916</b>	<b>-</b>	<b>1.909.975</b>	<b>511.523.836</b>
Gap de liquidez	(12.865.384)	(265.869.568)	4.728.176	142.879.816	133.156.306	38.880.360	(321.908)	40.587.799

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

**2007**

	A vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	outros <sup>(1)</sup>	Total
<i>Activo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.412.049	-	-	-	-	-	-	2.412.049
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19.640.832	-	-	-	-	-	-	19.640.832
Activos financeiros detidos para negociação	-	196.862	148.812	36.996.513	66.247.864	8.385.831	-	111.975.882
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.009.652	10.442.338	60.918.829	65.130.614	14.431.205	-	151.932.639
Aplicações em instituições de crédito	-	66.792.294	-	-	-	-	121.318	66.913.612
Crédito a clientes	7.264.091	4.936.214	7.871.032	55.106.637	168.140.546	10.248.416	1.476.124	255.043.060
Investimentos detidos até maturidade	-	-	-	10.126.188	-	-	-	10.126.188
	<b>29.316.972</b>	<b>72.935.022</b>	<b>18.462.182</b>	<b>163.148.167</b>	<b>299.519.024</b>	<b>33.065.452</b>	<b>1.597.442</b>	<b>618.044.262</b>
<i>Passivo</i>								
Recursos de bancos centrais	-	85.000.000	-	-	-	-	405.510	85.405.510
Passivos financeiros detidos para negociação	-	637.539	301.447	605.911	-	-	-	1.544.897
Recursos de outras instituições de crédito	-	210.924.237	32.000.000	-	-	-	2.211.949	245.136.185
Recursos de clientes e outros empréstimos	35.540.045	48.859.592	7.301.240	2.895.567	400.000	-	992.111	95.988.555
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	50.000.000	-	81.353.305	-	36.986	131.390.291
	<b>35.540.045</b>	<b>345.421.368</b>	<b>89.602.687</b>	<b>3.501.478</b>	<b>81.753.305</b>	<b>-</b>	<b>3.646.555</b>	<b>559.465.438</b>
Gap de liquidez	(6.223.072)	(272.486.346)	(71.140.505)	159.646.690	217.765.719	33.065.452	(2.049.113)	58.578.825

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- não foram considerados os fluxos de caixa contratuais projectados de juros associados aos activos e passivos financeiros;
- a coluna "Outros" corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- para os instrumentos de capital foi considerado que a sua maturidade era indeterminada, tendo sido incluídos na coluna "Indeterminado";



- nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda foi considerado que os instrumentos apenas eram liquidados na data da sua maturidade; e
- nos créditos a clientes foi considerada que a amortização do capital era efectuada na sua totalidade na data da última prestação do crédito.

O Gap de liquidez de curto prazo está associado à carteira de obrigações do Banco e ao seu modo de financiamento. O valor total da carteira de títulos é superior ao Gap de curto prazo, podendo o Banco em qualquer momento reduzi-lo, realizando vendas de títulos no mercado. O referido Gap, resulta assim de uma decisão estratégica do Banco de financiar a sua carteira de títulos de um modo eficiente em termos económicos e não de uma deficiência estrutural de liquidez. A carteira tem sido essencialmente financiada através de operações de reporte junto do Banco Central Europeu, tendo no entanto o Banco Invest contratos de reporte com diferentes instituições financeiras.

Já no início de 2009, o Banco realizou um conjunto de operações com impacto na sua estrutura de financiamento de médio longo prazo:

- Emissão de um empréstimo obrigacionista de 25.000.000 EUR a 3 anos, com Garantia Pessoal do Estado Português;
- Securitização de 10.893.526 EUR ao abrigo do programa de titularização, Invest Finance 1.

Para fazer face a eventuais necessidades de liquidez o Banco complementarmente às linhas de curto prazo no mercado monetário interbancário dispõe de uma linha de crédito contratada a 3 anos.

### **Risco de mercado**

A actividade do Banco Invest realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

O controlo de risco de mercado tem por objectivo avaliar e monitorizar a perda potencial associada a alterações dos preços dos activos do Banco, da gestão discricionária de carteiras, e a consequente perda de resultados, inerentes a um movimento adverso dos valores de mercado. Esta avaliação é efectuada pela definição prévia de procedimentos e limites relativamente às carteiras globais e por produto. Diariamente são avaliadas as estratégias, posições e limites, que permitem a geração de receitas através das suas actividades de trading e gestão de activos e passivos, gerindo simultaneamente a exposição ao risco de mercado.

#### *Risco cambial*

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

O Banco Invest não é muito activo em termos cambiais. Os saldos diários em divisas e as transacções efectuadas em moeda estrangeira são diariamente controlados pelo Departamento de Operações e pela Sala de Mercados.

Apenas as operações em dólares têm alguma relevância, sendo residuais as transacções efectuadas noutras divisas.



Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2008					
	Moeda					
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Franco Suiço	Outras	Total
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.729.841	-	-	-	-	1.729.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13.116.060	575.765	58.597	-	-	13.750.422
Activos financeiros detidos para negociação	12.926.185	8.079	-	-	-	12.934.264
Activos financeiros disponíveis para venda	73.349.344	324.439	158.511	-	-	73.832.294
Crédito a clientes	322.812.679	1.351.871	-	-	-	334.164.550
Investimentos detidos até à maturidade	115.700.262	-	-	-	-	115.700.262
	<b>549.634.370</b>	<b>2.260.154</b>	<b>217.108</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>552.111.632</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	134.233.424	-	-	-	-	134.233.424
Passivos financeiros detidos para negociação	2.922.517	360.269	-	-	-	3.282.786
Recursos de outras instituições de crédito	98.927.879	-	-	-	-	98.927.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	89.795.872	2.202.738	104	-	-	91.998.714
Responsabilidades representadas por títulos	183.081.033	-	-	-	-	183.081.033
	<b>508.960.724</b>	<b>2.563.007</b>	<b>104</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>511.523.836</b>
<b>Exposição líquida (Posição Cambial)</b>	<b>40.673.646</b>	<b>(302.853)</b>	<b>217.004</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.587.797</b>
<b>2007</b>						
	Moeda					
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Franco Suiço	Outras	Total
<b>Activo</b>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.412.049	-	-	-	-	2.412.049
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16.951.186	2.020.525	669.075	35	11	19.640.832
Activos financeiros detidos para negociação	110.621.123	1.171.649	-	-	183.110	111.975.882
Activos financeiros disponíveis para venda	150.244.471	1.688.168	-	-	-	151.932.639
Aplicações em instituições de crédito	66.913.612	-	-	-	-	66.913.612
Crédito a clientes	254.837.094	205.966	-	-	-	255.043.060
Investimentos detidos até à maturidade	10.126.188	-	-	-	-	10.126.188
	<b>612.105.724</b>	<b>5.086.308</b>	<b>669.075</b>	<b>35</b>	<b>183.121</b>	<b>618.044.262</b>
<b>Passivo</b>						
Recursos de bancos centrais	85.405.510	-	-	-	-	85.405.510
Passivos financeiros detidos para negociação	1.519.606	25.290	-	-	-	1.544.897
Recursos de outras instituições de crédito	245.136.185	-	-	-	-	245.136.185
Recursos de clientes e outros empréstimos	92.242.248	3.746.154	152	-	-	95.988.555
Responsabilidades representadas por títulos	131.390.291	-	-	-	-	131.390.291
	<b>555.693.840</b>	<b>3.771.445</b>	<b>152</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>559.465.437</b>
<b>Exposição líquida (Posição Cambial)</b>	<b>56.411.883</b>	<b>1.314.863</b>	<b>668.923</b>	<b>35</b>	<b>183.121</b>	<b>58.578.825</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 um aumento de 5% nas taxas de câmbio de mercado nas principais moedas a que o Banco se encontra exposto tem um impacto positivo em resultados de 4.292 Euros e 108.347 Euros, respectivamente.



#### *Risco de taxa de juro*

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade, face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro. Desta forma, o risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A gestão do risco de taxa de juro subordina-se à estratégia geral da Instituição e tem como objectivo minimizar o impacto das variações das taxas de juro nos resultados globais do Banco.

O risco de taxa de juro de curto prazo resulta fundamentalmente do mismatch de pagamentos entre os passivos da instituição e os seus activos de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	<b>2008</b>			
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	76.864	–	1.652.978	1.729.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	707.531	–	13.042.891	13.750.422
Activos financeiros detidos para negociação:				
– Títulos	1.670.597	94.801	8.742.930	10.508.328
– Instrumentos financeiros derivados	–	174.002	2.251.934	2.425.936
Activos financeiros disponíveis para venda	16.899.744	30.275.543	26.657.007	73.832.294
Crédito a clientes:				
– Crédito não representado por valores mobiliários	–	–	274.671.898	274.671.898
– Outros créditos e valores a receber (titulados)	–	6.413.219	53.079.434	59.492.653
Investimentos detidos até à maturidade	–	23.147.343	92.552.918	115.700.262
	<b>19.354.736</b>	<b>60.104.907</b>	<b>472.651.991</b>	<b>552.111.634</b>
<i>Passivo</i>				
Recursos de bancos Centrais	–	–	134.233.424	134.233.424
Passivos financeiros detidos para negociação				
– Instrumentos financeiros derivados	–	2.211.534	1.071.252	3.282.786
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	98.927.879	98.927.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	–	2.863.055	89.135.659	91.998.714
Responsabilidades representadas por títulos	–	–	183.081.033	183.081.033
	–	<b>5.074.589</b>	<b>506.449.246</b>	<b>511.523.836</b>
	<b>19.354.736</b>	<b>55.030.318</b>	<b>(33.797.256)</b>	<b>40.587.798</b>



2007				
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	8.897	–	2.403.152	2.412.049
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.032.923	–	18.607.909	19.640.832
Activos financeiros detidos para negociação:				
· Títulos	7.832.887	21.423.624	81.484.003	110.740.514
· Instrumentos financeiros derivados	–	71.948	1.163.420	1.235.368
Activos financeiros disponíveis para venda	14.405.855	31.423.954	106.102.830	151.932.639
Aplicações em instituições de crédito	–	–	66.913.612	66.913.612
Crédito a clientes	–	–	255.043.060	255.043.060
Investimentos detidos até à maturidade	–	10.126.188	–	10.126.188
	<b>23.280.562</b>	<b>63.045.713</b>	<b>531.717.986</b>	<b>618.044.262</b>
<i>Passivo</i>				
Recursos de bancos Centrais	–	–	85.405.510	85.405.510
Passivos financeiros detidos para negociação				
· Instrumentos financeiros derivados	–	70.338	1.474.559	1.544.897
Recursos de outras instituições de crédito	–	–	245.136.185	245.136.185
Recursos de clientes e outros empréstimos	–	3.295.567	92.692.988	95.988.555
Responsabilidades representadas por títulos	–	–	131.390.291	131.390.291
	–	<b>3.365.905</b>	<b>556.099.533</b>	<b>559.465.437</b>
	<b>23.280.562</b>	<b>59.679.809</b>	<b>(24.381.547)</b>	<b>58.578.824</b>

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como, todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

2008							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	outros <sup>(1)</sup>	Total
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.729.841	–	–	–	–	–	1.729.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13.750.422	–	–	–	–	–	13.750.422
Activos financeiros detidos para negociação	–	–	–	–	–	–	–
– Títulos	1.670.597	8.742.929	24.241	70.560	–	–	10.508.327
– Instrumentos financeiros derivados	–	1.127.557	1.057.146	241.233	–	–	2.425.936
Activos financeiros disponíveis para venda	22.766.277	22.330.142	4.209.025	4.587.651	19.939.199	–	73.832.294
Crédito a clientes							
– Crédito não representado por valores mobiliários	2.626.995	203.959.266	52.005.834	–	–	16.079.805	274.671.899
– Outros créditos e valores a receber (titulados)	–	47.943.530	5.135.903	5.664.582	748.637	–	59.492.652
Investimentos detidos até à maturidade	–	92.552.918	–	23.147.343	–	–	115.700.262
	<b>42.544.133</b>	<b>376.656.342</b>	<b>62.432.149</b>	<b>33.711.369</b>	<b>20.687.836</b>	<b>16.079.805</b>	<b>552.111.633</b>



2008							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	outros <sup>(1)</sup>	Total
<i>Passivo</i>							
Recursos de bancos centrais	-	134.000.000	-	-	-	233.424	134.233.424
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	314.461	313.143	2.655.182	-	-	3.282.786
Recursos de outras instituições de crédito	-	91.145.146	7.000.000	-	-	782.733	98.927.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	30.972.642	50.599.503	6.669.694	2.769.554	93.502	893.818	91.998.714
Responsabilidades representadas por títulos	-	183.081.033	-	-	-	-	183.081.033
	<b>30.972.642</b>	<b>459.140.144</b>	<b>13.982.837</b>	<b>5.424.736</b>	<b>93.502</b>	<b>1.909.975</b>	<b>511.523.836</b>
	<b>11.571.491</b>	<b>(82.483.802)</b>	<b>48.449.312</b>	<b>28.286.633</b>	<b>20.594.334</b>	<b>14.169.830</b>	<b>40.587.797</b>

2007							
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	outros <sup>(1)</sup>	Total
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2.412.049	-	-	-	-	-	2.412.049
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19.640.832	-	-	-	-	-	19.640.832
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
. Títulos	8.213.896	82.054.044	20.472.574	-	-	-	110.740.514
. Instrumentos financeiros derivados	-	274.513	633.115	71.814	-	255.926	1.235.368
Activos financeiros disponíveis para venda	15.440.857	115.796.879	20.194.903	500.000	-	-	151.932.639
Aplicações em instituições de crédito	-	66.792.294	-	-	-	121.318	66.913.612
Crédito a clientes	7.264.092	190.800.698	45.260.050	-	-	11.718.221	255.043.060
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	10.126.188	-	-	-	10.126.188
	<b>52.971.727</b>	<b>455.718.428</b>	<b>96.686.829</b>	<b>571.814</b>	<b>-</b>	<b>12.095.465</b>	<b>618.044.262</b>

<i>Passivo</i>							
Recursos de bancos centrais	-	85.000.000	-	-	-	405.510	85.405.510
Passivos financeiros detidos para negociação							
. Instrumentos financeiros derivados	-	808.858	559.857	176.182	-	-	1.544.897
Recursos de outras instituições de crédito	-	210.924.237	32.000.000	-	-	2.211.948	245.136.185
Recursos de clientes e outros empréstimos	35.540.045	48.859.592	7.301.240	2.895.567	400.000	992.111	95.988.555
Responsabilidades representadas por títulos	-	81.353.305	50.000.000	-	-	36.986	131.390.291
	<b>35.540.045</b>	<b>426.945.992</b>	<b>89.861.097</b>	<b>3.071.749</b>	<b>400.000</b>	<b>3.646.555</b>	<b>559.465.438</b>
	<b>17.431.682</b>	<b>28.772.435</b>	<b>6.825.733</b>	<b>(2.499.934)</b>	<b>(400.000)</b>	<b>8.448.909</b>	<b>58.578.825</b>

(1) - A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

O Banco considera que o impacto do aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

### Justo valor

Na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros o Banco tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos baseados



em determinados pressupostos que variam consoante os instrumentos financeiros a valorizar. Em situações excepcionais, quando não é possível determinar de forma fiável o justo valor, os activos são valorizados ao custo histórico.

As principais considerações na determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- “Caixa e disponibilidades em Bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”: Dado o prazo curto destes activos, entende-se que o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor;
- “Aplicações e recursos de outras instituições de crédito” e “Recursos de bancos centrais”: O apuramento do justo valor pressupõe que as operações são liquidadas nas datas de vencimento e são actualizados os “cash-flows”, utilizando a curva de taxas formada nos últimos dias do ano. Tendo em conta as maturidades das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco Invest estima que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativa;
- “Crédito a clientes”. O crédito a clientes é quase na sua totalidade remunerado a taxas indexadas à taxa Euribor, tendo na sua maioria refixação no curto prazo. Adicionalmente o Banco Invest considera que os spreads médios da carteira não diferem muito face aos que são praticados nas operações mais recentes. Desta forma, o Banco Invest estima que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativo;

Adicionalmente, nesta rubrica encontram-se registados títulos de dívida, cujo justo valor é apurado de acordo com a metodologia definida para os “Activos e passivos financeiros detidos para negociação” (ver abaixo).

- “Recursos de clientes e outros empréstimos”: Para os depósitos com prazo inferior a um ano, assume-se o valor contabilístico como uma razoável estimativa do justo valor. Para os restantes consideramos que os spreads contratualizados não diferem muito dos que estão a ser praticados nas operações mais recentes;
- “Activos e passivos financeiros detidos para negociação” e “Activos disponíveis para venda”: Tratam-se de instrumentos já registados na contabilidade ao justo valor, determinado de acordo com:
  - Preços de um mercado activo;
  - Preços indicativos fornecidos por meios de difusão financeira, nomeadamente a Bloomberg, maioritariamente através do índice denominado Bloomberg Generic.
  - Métodos e técnicas de avaliação, nos casos em que não existe mercado activo, que tenham subjacente:
    - calculo matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
    - preços calculados com base em activos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos;
    - Preços indicativos fornecidos por emitentes, essencialmente para os casos em que atendendo às características específicas do título, não era possível a utilização dos métodos de avaliação descritos anteriormente;
    - Custo de aquisição quando se considera que este se aproxima do justo valor.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

- “Responsabilidades representadas por títulos”. Considerando que é expectável que os títulos subjacentes a estes passivos venham a ser reembolsados pelo seu valor nominal, o Banco Invest considera que o seu valor contabilístico é uma aproximação razoável do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a forma de apuramento do justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco pode ser resumida como se segue:



2008						
	Metodologia de apuramento do justo valor				Total	Valor Contabilístico
	Dados de mercado	Custo de aquisição	Modelo Interno	Outra		
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
– Títulos	2.095.406	–	7.076.134	1.336.787	10.508.327	10.508.327
– Instrumentos financeiros derivados	2.425.936	–	–	–	2.425.936	2.425.936
Activos financeiros disponíveis para venda	52.517.095	10.449.540	5.062.936	5.802.723	73.832.294	73.832.294
Investimentos detidos até à maturidade	108.699.632	–	–	–	108.699.632	115.700.262
Crédito a clientes - títulos de dívida	15.519.310	156.415	39.772.331	868.572	56.316.628	59.492.652
	<b>181.257.379</b>	<b>10.605.955</b>	<b>51.911.401</b>	<b>8.008.082</b>	<b>251.782.818</b>	<b>261.959.471</b>
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
– Instrumentos Financeiros derivados	3.282.786	–	–	–	3.282.786	3.282.786

2007						
	Metodologia de apuramento do justo valor				Total	Valor Contabilístico
	Dados de mercado	Custo de aquisição	Modelo Interno	Outra		
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
– Títulos	66.532.106	–	38.434.840	5.773.568	110.740.514	110.740.514
– Instrumentos financeiros derivados	1.235.368	–	–	–	1.235.368	1.235.368
Activos financeiros disponíveis para venda	130.108.331	12.636.275	8.343.390	–	151.087.996	151.087.996
Investimentos detidos até à maturidade	10.319.999	–	–	–	10.319.999	10.126.188
	<b>208.195.804</b>	<b>12.636.275</b>	<b>46.778.230</b>	<b>5.773.568</b>	<b>273.383.877</b>	<b>273.190.066</b>
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
– Instrumentos Financeiros derivados	1.544.897	–	–	–	1.544.897	1,544.897

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a dados de mercado correspondem a instrumentos de capital para os quais existia uma cotação em Bolsa ou cotações difundidas através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente Bloomberg;
- A valorização dos instrumentos financeiros derivados é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado;
- Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a bids indicativos fornecidos por contribuidores são apresentados em “Metodologia de apuramento do justo valor – Outra”.





Relativamente aos títulos valorizados através de Modelo interno foram utilizados os pressupostos que o Banco considerou serem adequados para reflectir o valor de mercado desses activos financeiros à data de balanço, incluindo a taxa de juro de base de mercado, um *spread* reflectindo o risco de cada título determinado com base no rating e uma data esperada de reembolso. Na valorização realizada em 31 de Dezembro de 2008, caso se aumentasse o *spread* de risco utilizado no Modelo interno em 1% o valor dos activos financeiros seria inferior em cerca de 1.600.000 Euros, dos quais cerca de 365.000 Euros correspondentes a "Activos financeiros detidos para negociação" e 220.000 Euros a "Activos financeiros disponíveis para venda". No caso de diminuirmos esse *spread* em 1%, o justo valor dos activos financeiros aumentava no mesmo montante.

#### 42. RECLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

Decorrente das alterações ao IAS 39 ocorridas em Outubro de 2008, o Banco Invest procedeu à reclassificação de obrigações, com referência a 1 de Julho de 2008 (data de reclassificação), de "Activos financeiros detidos para negociação", "Activos financeiros disponíveis para venda", "Crédito a clientes" e "Investimentos detidos até a maturidade", de acordo com o seguinte detalhe:

	Valor de Balanço antes da reclassificação	Reclassificações		Valor de Balanço após reclassificação
		Aumentos	Diminuições	
Activos financeiros detidos para negociação	105.876.670	–	(75.830.272)	30.046.398
Activos financeiros disponíveis para venda	182.363.020	18.822.059	(106.921.893)	94.263.187
Crédito a clientes - títulos de dívida	–	59.946.307	–	59.946.307
Investimentos detidos até à maturidade	10.278.861	103.983.798	–	114.262.659
	<b>298.518.552</b>	<b>182.752.165</b>	<b>(182.752.165)</b>	<b>298.518.552</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 o valor de Balanço e justo valor dos activos financeiros reclassificados apresentam o seguinte detalhe:

	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2008	Justo Valor em 31-12-2008
Activos financeiros disponíveis para venda	18.822.059	14.831.467	14.831.467
Crédito a clientes - títulos de dívida	58.900.172	59.492.652	56.316.628
Investimentos detidos até à maturidade	103.983.798	104.323.324	98.460.736
	181.706.029	178.647.443	169.608.831
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
	<b>182.752.165</b>	<b>178.647.443</b>	<b>169.608.831</b>

O justo valor foi determinado com base nas metodologias descritas na Nota 41.

Após a data de reclassificação, os ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados e os outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e em resultados do exercício, apresentam o seguinte detalhe:



	Ganhos / (Perdas) associados à variação do Justo Valor não reconhecidos em:		Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(3.783.036)	–	(3.783.036)	92.375
Crédito a clientes - títulos de dívida	(1.047.279)	(895.113)	–	99.762
Investimentos detidos até à maturidade	(1.979.544)	(3.975.271)	–	339.527
	<b>(6.809.859)</b>	<b>(4.870.384)</b>	<b>(3.783.036)</b>	<b>531.664</b>

Os valores referentes a ganhos/ (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados do exercício ou em reservas correspondem aos ganhos / (perdas) que afectariam resultados ou reservas caso as obrigações se mantivessem na carteira de Activos financeiros detidos para negociação ou “Activos financeiros disponíveis para venda”, respectivamente.

Os valores apresentados em Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e resultados do exercício incluem os montantes relativos a juros, prémios / descontos e outras despesas. Os valores apresentados em outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas referem-se à variação no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda após a data de reclassificação.

#### 43. FUNDOS PRÓPRIOS

O Banco na gestão dos fundos próprios mantém uma política conservadora, mantendo um rácio de solvabilidade acima dos mínimos requeridos pelas entidades reguladoras. O Banco mantém a base de capital constituída exclusivamente por capital próprio, tendo ainda a faculdade de emitir diversos instrumentos de dívida.

Os fundos próprios do Banco são monitorizados mensalmente para se aferir sobre o grau de solvabilidade da instituição, sendo analisado as variações face a períodos anteriores e a margem existente entre as posições reais e os requisitos mínimos de capital.

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Banco são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

De acordo com o método de apuramento acima indicado, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o Banco apresenta um rácio de solvabilidade de 12,8% e 12,6%, respectivamente.







## 6. Certificação Legal das Contas

### CONTAS CONSOLIDADAS (Montantes expressos em Euros)

#### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Invest, S.A. (Banco), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008, que evidencia um total de 575.427.506 Euros e capitais próprios de 42.533.285 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 23.310.679 Euros, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e a Demonstração das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

#### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

#### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Invest, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

#### Ênfases

5. No exercício de 2008, o Banco registou resultados líquidos negativos, originados essencialmente por menos-valias e imparidade na carteira de títulos. Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2008 os activos por impostos diferidos ascendem a 10.820.376 Euros, dos quais aproximadamente 8.900.000 Euros relativos a prejuízos fiscais reportáveis. A recuperação destes impostos diferidos encontra-se suportada por projecções preparadas pelo Conselho de Administração do Banco, que indicam a obtenção de lucro tributável suficiente nos próximos exercícios, cuja concretização permitirá garantir o aproveitamento dos prejuízos fiscais reportáveis no prazo legalmente definido.
6. No exercício de 2008, o Banco efectuou um conjunto de reclassificações de títulos entre categorias, ao abrigo da possibilidade introduzida pela alteração à Norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração aprovada em Outubro de 2008. As divulgações relativas a essas reclassificações são apresentadas na Nota 42.
7. Conforme referido na Nota 41, o Banco utiliza modelos internos na valorização de alguns activos financeiros, nomeadamente nos casos em não existem transacções em mercado activo, nem preços difundidos através de prestadores de informação especializados. Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” inclui títulos sem data de reembolso definida, mas com possibilidade de reembolso por opção do emitente a partir de uma data definida para cada emissão, valorizados através de modelo interno, cujo valor de balanço ascende a 4.217.778 Euros. Na valorização o Banco assumiu o pressuposto que os títulos serão amortizados na primeira data de reembolso antecipado prevista no respectivo prospecto.

Lisboa, 26 de Maio de 2009

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira





## 7. Relatório e Parecer do Fiscal Único

### CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do  
Banco Invest, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos consolidados de prestação de contas do Banco Invest, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco e das principais empresas participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração, dos serviços do Banco e dos órgãos sociais e serviços das principais empresas participadas, as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado do Banco em 31 de Dezembro de 2008, a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados e a demonstração das alterações no capital próprio consolidado do exercício findo naquela data e o respectivo anexo, bem como o Relatório de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, elaborámos a Certificação Legal das Contas Consolidadas, a qual inclui três ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, após considerados os assuntos descritos nos parágrafos 5 a 7 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 26 de Maio de 2009

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira









**Lisboa**

Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1 - 11º · 1070-101 Lisboa

Tel.: (+351) 21 382 17 00 · Fax: (+351) 21 386 49 84 · [welcome@bancoinvest.pt](mailto:welcome@bancoinvest.pt)

**Porto**

Pç. do Bom Sucesso, nº 131 - Ed. Península · Salas 502 a 504 - 5º · 4150-146 Porto

T: (+351) 22 607 63 90 · F: (+351) 22 609 52 97

[www.bancoinvest.pt](http://www.bancoinvest.pt)